

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 127/2024
Data: 12/11/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
NAVEGUE SIMPLES: SEIS GRUPOS DE TRABALHO SÃO FORMADOS E APRESENTADOS EM BRASÍLIA	4
BRASIL ALCANÇA RECORDE MENSAL NA EXPORTAÇÃO DE CAFÉ COM QUASE 5 MILHÕES DE SACAS.....	4
EMPRESA É CONDENADA A INDENIZAR EX-FUNCIONÁRIO QUE TEVE OMBROS COMPROMETIDOS NO PORTO DE SANTOS; ENTENDA.....	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
EFEITO TRUMP É DESAFIO PARA A EXPANSÃO ECONÔMICA DO NORDESTE EM 2025.....	7
AEROPORTOS DE MACEIÓ E MAIS CINCO DO NE TERÃO SALAS PARA PASSAGEIROS AUTISTAS	9
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	10
SETOR PORTUÁRIO - SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS REALIZA VISITA À CHINA PARA FOMENTAR RELAÇÕES COMERCIAIS	10
BE NEWS – BRASIL EXPORT	11
EDITORIAL – O CRESCIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL E SEUS IMPACTOS POSITIVOS	11
NACIONAL - HUB – CURTAS - GOVERNO ZERA IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE REMÉDIOS CONTRA CÂNCER.....	12
<i>Imposto zerado 1</i>	12
<i>Imposto zerado 2</i>	12
<i>Mercado livre de gás 1</i>	12
<i>Mercado livre de gás 2</i>	12
<i>Mercado livre de gás 3</i>	12
NACIONAL - NAVEGUE SIMPLES: GOVERNO CRIA GRUPOS DE TRABALHO PARA MODERNIZAR SETOR PORTUÁRIO	12
NACIONAL - BRASIL APRESENTA NOVAS METAS CLIMÁTICAS NA COP 29.....	14
AEROPORTOS - EMPRESAS AÉREAS VÃO OFERTAR 17,8 MIL VOOS A MAIS NA TEMPORADA DE VERÃO	15
PORTO DE SANTOS - APS APRESENTA CAMPANHA DE DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO.....	16
PORTO DE SANTOS - APS INICIA JORNADA ESG COM DEBATES SOBRE SUSTENTABILIDADE	17
REGIÃO SUDESTE - SP ESTIMA LANÇAR MAQUETE DA NOVA PISTA DA IMIGRANTES ATÉ FINAL DO ANO.....	18
REGIÃO SUDESTE - MG ANUNCIA CONCESSÃO DO LOTE RODOVIÁRIO VETOR NORTE.....	19
MISSÃO BRASIL EXPORT - COMITIVA DO BRASIL EXPORT FAZ BALANÇO POSITIVO DA MISSÃO NO MEDITERRÂNEO.....	20
BRASIL EXPORT - CEO DO BRASIL EXPORT DESTACA IMPORTÂNCIA DA TROCA DE EXPERIÊNCIAS	21
BAHIA ECONÔMICA - BA	21
PROJETO DO DEPUTADO PABLO ROBERTO PROPÕE MUDANÇAS NAS POLÍTICAS DE SANEAMENTO BÁSICO	21
CONTINUA SENDO A ECONOMIA, ESTÚPIDO! NA AMÉRICA E NO BRASIL.....	22
JORNAL O GLOBO – RJ	23
COM INFLAÇÃO MAIS ALTA, SALÁRIO MÍNIMO DEVE FICAR MAIOR E PODE SUPERAR R\$ 1.520 EM 2025; ENTENDA.....	23
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA PEDE AO SUPREMO A SUSPENSÃO DA LEI DAS BETS	25
LULA SE REÚNE COM HADDAD E MINISTROS E VOLTA A DISCUTIR PACOTE FISCAL.....	26
EXPLOÇÃO EM GASODUTO DA PDVSA FERE TRÊS E PREJUDICA ABASTECIMENTO NA VENEZUELA	27
LULA VAI INCLUIR MINISTÉRIO DA DEFESA EM DISCUSSÃO SOBRE CORTE DE GASTOS.....	28
SENADO DEVE VOTAR NESTA TERÇA REGRAS PARA MERCADO DE CARBONO NO BRASIL.....	28
MERCADO DE CARBONO: VEJA POR QUE ACORDO INÉDITO NA COP29 ABRE CAMINHO PARA COMÉRCIO DE CRÉDITOS ENTRE PAÍSES	29
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	31
BC DIZ QUE NOVA PIORA NAS PROJEÇÕES DE INFLAÇÃO LEVARÁ A UM ‘PROLONGAMENTO’ DA ALTA DOS JUROS.....	31
O QUE O GOVERNO PRECISA ANUNCIAR NO PACOTE DE CORTE DE GASTOS PARA ACALMAR O MERCADO? ENTENDA	32
GLOBALISMO É FUNDAMENTAL PARA O BRASIL, DIZ PRESIDENTE DA FIESP	34
PETROLEIRAS TERÃO DE PAGAR TAXA NOS EUA POR EMISSÃO DE GÁS POLUENTE EM POÇOS	35
OPINIÃO - VITÓRIA DE TRUMP TRAZ PROBLEMAS MAS TAMBÉM OPORTUNIDADES PARA LULA.....	37
INICIATIVA PRIVADA AVANÇA NOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO E CHEGA A QUASE 30% DOS MUNICÍPIOS DO PAÍS.....	38
VALOR ECONÔMICO (SP)	40
ARCELORMITTAL INVESTE EM PRODUÇÃO E GESTÃO MAIS SUSTENTÁVEL.....	40
OPERAÇÕES EM INFRAESTRUTURA AQUECEM M&A	43
VALE MIGRA PLANTAS PARA O MERCADO LIVRE DE GÁS NATURAL	45
FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR DE INFRAESTRUTURA TÊM ALTA DE 150%	47



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 1276/2024
Página 3 de 50
Data: 12/11/2024
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

PORTAL PORTOS E NAVIOS	47
PORTO DE SANTOS INAUGURA SISTEMA DE ENERGIA LIMPA PARA REBOCADORES	47
COMISSÃO DA INDÚSTRIA NAVAL DA ALERJ PRORROGA TRABALHOS POR 90 DIAS.....	48
LIBERAÇÃO DE RECURSOS DAS CONTAS VINCULADAS CAIU 18% EM 9 MESES.....	48
FEEDER E MERCOSUL AJUDARAM LOG-IN A COMPENSAR RETRAÇÃO DA CABOTAGEM NO 3º TRI	49
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	50
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	50



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

NAVEGUE SIMPLES: SEIS GRUPOS DE TRABALHO SÃO FORMADOS E APRESENTADOS EM BRASÍLIA

Grupos foram apresentados nesta segunda-feira (11)

Por ATribuna.com.br



Programa é a principal iniciativa do MPor para desburocratizar e simplificar as novas outorgas portuárias (Alexsander Ferraz/AT)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) apresentaram, nesta segunda (11), em Brasília, os seis grupos de trabalhos (GTs) do Navegue Simples que vão funcionar nos próximos anos.

O primeiro, que está em atividade desde julho deste ano, trata da simplificação e a desburocratização de processos da Antaq e do ministério para os terminais privados. Esse GT foi instalado logo após o lançamento do programa.

Os grupos terão caráter temporário em ciclo de 12 meses com a apresentação dos resultados em agosto. A segunda etapa ocorrerá de julho de 2025 a junho de 2026. O terceiro ciclo será de julho de 2026 a junho de 2027, seguido pelo último ciclo de julho de 2027 a junho de 2028.

Os temas dos demais GTs são licenciamento ambiental para instalações portuárias privadas fora do porto público, destinação de terrenos e espaço físico em águas públicas da União para instalações portuárias fora do porto público, simplificação e desburocratização de processos de arrendamentos, adaptação à mudança do clima em portos e inovação no ambiente portuário.

“Esses são os nossos próximos passos para esse projeto que é tão importante. Durante o processo não vai faltar diálogo interno e com privado, que é diretamente afetado com as mudanças. O programa vai permitir ainda mais melhorias para o setor”, destacou o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery.

Benefícios

Recentemente, a Antaq aprovou o relatório do primeiro grupo de trabalho sobre os terminais privados com algumas sugestões de ações que vão permitir agilizar os processos de autorizações.

No curto prazo, o Navegue Simples deve proporcionar uma tramitação mais eficiente e transparente dos processos de autorização, com a redução dos prazos.

A médio e longo prazo, as mudanças sugeridas devem promover uma reestruturação significativa no ambiente regulatório do setor, resultando em um sistema mais integrado e moderno. A centralização e padronização dos processos, bem como a utilização de sistemas eletrônicos de gestão, vão permitir uma comunicação mais eficiente entre os órgãos envolvidos.

Fonte: [A Tribuna Digital - SP](http://ATribuna.com.br)

Data: 12/11/2024

BRASIL ALCANÇA RECORDE MENSAL NA EXPORTAÇÃO DE CAFÉ COM QUASE 5 MILHÕES DE SACAS

Os dados são do relatório estatístico do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil

Por ATribuna.com.br



Os dados são do relatório estatístico do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Carlos Nogueira/AT)

O Brasil registrou recorde mensal no volume exportado em outubro, com 4,926 milhões de sacas remetidas ao exterior, o que implica crescimento de 11,6% ante mesmo mês de 2023 e de 3,27% frente ao maior volume histórico anterior, em novembro de 2020 (4,770 milhões de sacas). Os dados são do relatório estatístico do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé).

Segundo o Cecafé, o recorde acontece “mesmo com os gargalos logísticos”. Em setembro, atrasos e alterações frequentes de escala de navios para exportação impossibilitaram o embarque de 2,1 milhões de sacas de 60 kg de café, a maior parte pelo Porto de Santos.

Valores

A um preço médio de US\$ 282,80 por saca exportada, o valor obtido com as remessas cafeeiras do país ao exterior, em outubro, alcançou US\$ 1,393 bilhão, recorde para um único mês em ambos os cenários. Na comparação com a receita cambial obtida em outubro de 2023, o crescimento é de 62,6%.

Para o presidente do Cecafé, Márcio Ferreira, o resultado foi muito bom, pois demonstra o engajamento das empresas e de suas equipes de logísticas para consolidar os embarques, buscando alternativas, como as exportações de cinco navios de break bulk (quando o produto é transportado solto ou fracionado no porão do navio) para honrar os compromissos com os clientes internacionais.

“Entretanto, é importante destacar que ainda há um grande volume de café parado nos portos e que os exportadores seguem enfrentando desafios logísticos para consolidarem seus embarques devido à continuidade dos elevados índices de atrasos de navios e rolagens de cargas”, diz ele.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/11/2024

EMPRESA É CONDENADA A INDENIZAR EX-FUNCIONÁRIO QUE TEVE OMBROS COMPROMETIDOS NO PORTO DE SANTOS; ENTENDA

Justiça determinou pagamento de R\$ 50 mil e pensão até que o trabalhador complete 70 anos

Por ATribuna.com.br



Homem de 62 anos deve receber pensão até os 70; segundo decisão da Justiça (Carlos Nogueira)

A Justiça do Trabalho condenou uma empresa a indenizar um trabalhador portuário de 62 anos que teve 50% de perda da funcionalidade dos ombros por conta de uma doença adquirida ao longo dos 12 anos que trabalhou como operador de gate no Porto de Santos. Em 2012, ele foi diagnosticado com a doença de Quevain, síndrome do impacto do ombro direito, tendinopatia no ombro esquerdo e tenossinovite no dedo da mão direita.

Conforme apurado por A Tribuna, a Justiça determinou o pagamento de R\$ 50 mil por danos morais e uma pensão de 50% do último salário do trabalhador a partir da data de aposentadoria até que ele complete 70 anos. A empresa recorreu da decisão. Ainda assim, a advogada que representa o ex-funcionário considera a missão cumprida. “Após tantos anos, meu cliente viu a justiça ser cumprida em sua vida. Contudo, apesar de ser mais difícil esta decisão ser mudada, é preciso aguardar o



trânsito em julgado, pois a batalha ainda não terminou”, diz Rosa Lúcia Costa de Abreu, do Escritório Monteiro e Abreu Advogados.

Desde 2015, o homem está aposentado por invalidez. Nos anos em que trabalhou no Porto, a sua função consistia em colocar nos sistemas os dados dos contêineres e cargas que chegam no terminal. Segundo Rosa Lúcia, ele chegava a liberar em média 150 caminhões, subia em média de 15 a 20 vezes por dia nos veículos e precisou dobrar o período de trabalho várias vezes.

O recurso da empresa está em análise no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Rosa Lúcia considera que é difícil que ele seja aceito, pois o TST só analisa casos que envolvem questões constitucionais ou legais, como quando uma lei é violada diretamente, e não questões de fatos e provas. Agora, advogada e cliente aguardam a decisão do TST de aceitar ou não o recurso da empresa. “Para depois, sim, comemorar definitivamente esta grande vitória e caminhada de quase dez anos”, diz.

Diagnóstico e afastamento

O trabalhador começou a sentir dores nos membros superiores em 2009 e chegou a se queixar nos exames periódicos da empresa. Segundo Rosa Lúcia, as reclamações não surtiram efeito: o diagnóstico só veio quando ele foi procurar um médico por conta própria. Em 2012, ele recebeu o seguinte diagnóstico:

- Doença de Quervain: Inflamação dos tendões que movem o polegar
- Síndrome do impacto do ombro direito: Compressão prolongada das estruturas do ombro, causando inflamação ou degeneração
- Tendinopatia: Dor, inflamação e degeneração dos tendões no ombro esquerdo
- Tenossinovite: Inflamação no dedo da mão direita

Com o diagnóstico em mãos, o trabalhador foi afastado pelo departamento de Recursos Humanos (RH) da empresa. O ex-portuário passou por duas cirurgias, no ombro e no punho, mas as sequelas não permitiram que ele retornasse ao trabalho. Em março de 2015, o homem foi aposentado por invalidez e, logo depois, começou a ação na Justiça.

Luta na Justiça

O processo começou em outubro de 2015 e solicita o pagamento das horas extras, adicional de periculosidade e indenização por danos morais e materiais por conta da doença adquirida no exercício do trabalho. A primeira decisão da Justiça não foi favorável ao trabalhador porque, segundo Rosa Lúcia, a perícia não analisou as provas e determinou que os diagnósticos não tinham relação com o trabalho. Por isso, ela recorreu pedindo a nulidade do laudo.

A advogada pediu ao juiz para que fosse dada a oportunidade de comprovar as condições de trabalho do cliente, o que foi acatado. Em uma nova perícia, o perito concluiu que havia relação direta entre a doença desenvolvida e o trabalho desempenhado pelo ex-portuário ao longo dos 12 anos, que envolvia movimentos repetitivos e utilização de equipamentos pesados por várias horas.

Conforme a advogada, a Justiça acolheu o pedido de indenização a partir da nova perícia, mas a empresa recorreu. O caso, então, foi parar na 17ª turma do TRT da 2ª Região, que manteve a sentença na decisão publicada em outubro. O tribunal divulgou, em nota, que o empregador alegou que as doenças do profissional são de natureza degenerativa, sem relação com o trabalho.

No entanto, o tribunal considerou que a empresa não demonstrou ter avaliado os riscos associados às atividades desempenhadas por ele e não comprovou a existência de programa regular de ginástica laboral nem o oferecimento desses exercícios. Segundo a decisão, não foram adotadas medidas preventivas e o trabalhador não teve alteração de função, contribuindo para o agravamento das doenças.

Execução provisória

Segundo a advogada Rosa Lúcia, o cálculo dos anos de pensão já foi feito para o valor ser pago de uma única vez após pedido de execução provisória. “O valor que ele tem para receber está depositado, só não tem o acesso até o processo descer e transitar em julgado”, diz.

A execução provisória é uma fase do processo judicial onde se busca garantir o cumprimento da sentença antes que todas as possibilidades de recurso estejam esgotadas. É uma medida para assegurar que a parte vencedora possa receber o que lhe é devido, mesmo que a decisão ainda possa ser contestada.

Dado o tempo que o processo já dura e a situação da empresa, essa medida visa garantir que o trabalhador receba a indenização por meio do bloqueio ou do depósito do dinheiro antes da decisão final do processo.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 12/11/2024



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

EFEITO TRUMP É DESAFIO PARA A EXPANSÃO ECONÔMICA DO NORDESTE EM 2025

Mesmo com o balanço positivo em 2024, economia do Nordeste vai enfrentar desafios para a manter crescimento e quadro inflacionário estável

Por Assíria Florêncio - assiria.florencio@movimentoeconomico.com.br



Políticas protecionistas de Trump, caso sejam cumpridas, podem afetar exportações de estados nordestinos ao mercado norte-americano. Foto: Sean Ferigan/Unsplash

Apesar de ter tido um ano economicamente positivo e apresentado desempenho melhor do que o Brasil ao longo dos últimos meses, em 2025, a região Nordeste enfrentará “grandes desafios” — tanto internos quanto externos — para a manutenção de seu status quo.

Com a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, é esperado que o novo governo adote políticas mais contracionistas, “especialmente na forma de tarifas de exportação”, que devem afetar inclusive a região Nordeste. A análise é de Ricardo Sobreira, economista-chefe do Banco do Nordeste (BNB).

Caso as políticas protecionistas de Trump se concretizem, os nove estados da região podem enfrentar impactos negativos em sua economia, principalmente aqueles que mais exportam para os Estados Unidos.

“Se essas políticas protecionistas afetarem mercadorias específicas, a região poderá ser impactada. Embora isso afete a balança comercial do Brasil como um todo, as diferentes regiões e estados terão impactos distintos. Portanto, se Trump seguir com políticas protecionistas como fez no primeiro mandato, isso representará outro desafio para a região”, pontua Sobreira.

Balanço de 2024

<https://movimentoeconomico.com.br/economia/2024/11/12/trump-nordeste-2025/#balanco-positivo>

Nordeste: inflação em outubro

<https://movimentoeconomico.com.br/economia/2024/11/12/trump-nordeste-2025/#inflacao>

O Nordeste teve um crescimento maior do que o do Brasil em 2024 e o maior “desafio imediato”, segundo o economista, é continuar essa tendência “sem pressionar os preços, aumentando a renda

real disponível e reduzindo as taxas de desemprego” — características da economia da região no ano corrente.

Mas fatores internos também podem afetar o nível da atividade econômica no ano que vem, como as políticas monetária e fiscal. Além da “taxa de juros, que ainda está em um nível elevado e que deverá continuar a subir”, Sobreira pontua que “o mercado tem exigido do governo uma sinalização clara sobre ajustes fiscais.”

“Em resumo, 2025 se desenha como um ano particularmente complexo, com desafios tanto internos (política monetária e fiscal) quanto externos, que sugerem um contexto menos favorável do que o vivido até agora”, conclui.



Rogério Sobreira - regional neste ano. Foto: Divulgação/BNB

Balanco de 2024

Analisando este ano, o Nordeste tem apresentado um desempenho melhor do que o Brasil também devido às “políticas assistenciais”. Sobreira explica que elas “impactaram os consumidores da região” positivamente, que possuem menor poder de compra em comparação com o restante do País, o que se traduziu “em mais consumo e maior crescimento”.

Outro destaque para o economista é a renda real disponível na região, que cresceu no ano mais do que tem crescido no Brasil. Além do fator mercado de trabalho, já que apesar da taxa de desemprego no Nordeste ainda ser mais alta do que no Brasil, “a região tem mostrado uma queda mais rápida em comparação com o restante do País”.

Ao longo das próximas semanas, um relatório completo deverá ser divulgado pelo órgão sobre o assunto.

Nordeste: inflação em outubro

O quadro inflacionário na região Nordeste também é, atualmente, mais favorável do que o do Brasil. Enquanto, no acumulado dos últimos 12 meses, o IPCA do Nordeste está em 4,26%, o do Brasil é de 4,76%. Em 2024, o IPCA da região é de 3,78%, e o do País de 3,88%.

Os dados são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento foi analisado pelo Banco do Nordeste (BNB) e divulgado no último sábado (9).

E mesmo com o crescimento na região, não tem sido “gerado uma pressão maior sobre os preços, o que ajuda a sustentar a demanda agregada”, tendo esse “bom comportamento” da inflação na região sido influenciado principalmente pelo desempenho dos preços de alimentos no domicílio, em comparação com o Brasil.

Isso se deve, principalmente, aos efeitos da seca e das queimadas, que afetou lavouras importantes em outras partes do País. “No caso da região Nordeste, as lavouras foram menos afetadas, pois a seca e as queimadas não foram tão críticas quanto em nível nacional”. Assim, o impacto sobre os preços dos alimentos no Nordeste foi menor, o que beneficiou os consumidores da região.

Outro item importante destacado por Sobreira é a carne, que também foi impactada pela seca, queimadas e enchentes no Rio Grande do Sul, uma das principais regiões produtoras.

“Esse problema afetou o Brasil inteiro, inclusive o Nordeste, mas o impacto na região foi menor, pois o abastecimento local não depende tanto dessa área específica”. O que fez com que os preços do produto na região tivesse “comportamento menos adverso” do que no restante do Brasil.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 12/11/2024

AEROPORTOS DE MACEIÓ E MAIS CINCO DO NE TERÃO SALAS PARA PASSAGEIROS AUTISTAS

Segundo Aena Brasil, espaços serão implantados em 2025 e atendem novo programa federal
Por *Vanessa Siqueira* - vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Aeroporto de Maceió será um dos terminais que receberá espaço destinado a passageiros e familiares de autistas. Foto: Divulgação

Seis aeroportos do Nordeste ganharão ao longo de 2025 salas multissensoriais destinadas a passageiros com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A iniciativa faz parte do programa lançado pelo Ministério de Portos e Aeroportos para acolher passageiros neurodivergentes, em especial com TEA, e seus familiares durante o trânsito nos terminais.

A Aena informou ao Movimento Econômico que vai instalar já em 2025 áreas de isolamento sensorial em todos os aeroportos que administra. No Nordeste, ganharão o novo equipamento os aeroportos Zumbi dos Palmares, em Maceió, Gilberto Freyre, em Recife, além dos aeroportos de Aracaju, em Sergipe, de João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba, e de Juazeiro do Norte, no Ceará.

Ainda segundo a Aena, o cronograma prevê instalação da mesma área no aeroporto de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, e a reestruturação e realocação em um local mais amplo da sala já existente no aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

Entre os aeroportos de cidades menores, a Aena informou que o cronograma para 2025 prevê a instalação de áreas de isolamento sensorial nos aeroportos de Uberlândia, Uberaba e Montes Claros (MG); Ponta Porã e Corumbá (MS); Marabá, Carajás, Santarém e Altamira (PA).

O Ministério de Portos e Aeroportos divulgou que ainda neste mês de novembro será inaugurada mais uma sala multissensorial no aeroporto de Natal, no Rio Grande do Norte.

Programa garantirá acolhimento a passageiros autistas

O programa de Acolhimento ao Passageiro com Transtorno do Espectro Autista foi lançado na semana passada e, segundo o Ministério, está alinhado com os objetivos do Plano Aeroviário Nacional (PAN), de qualificação e modernização dos terminais aeroportuários e visa proporcionar uma melhor experiência nos aeroportos brasileiros para passageiros neurodivergentes, especialmente com TEA.

O programa prevê que os terminais aéreos contarão com vários aprimoramentos, entre eles, a instalação de salas multissensoriais que oferecerão estímulos sensoriais visuais, táteis e auditivos, promovendo relaxamento, concentração e bem-estar; e/ou salas de acomodação com ambientes tranquilos e estímulos reduzidos, pensadas para acolher passageiros durante momentos de crise, oferecendo um espaço calmo e seguro. As duas salas estarão disponíveis para todas as faixas etárias e acessíveis também a passageiros com outras neurodivergências, proporcionando um ambiente inclusivo para todos.

O cronograma previsto no Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) prevê a implementação de cerca de 20 salas multissensoriais nos aeroportos de todas as regiões do país até 2026. A pasta informou que a implementação das salas será realizada pelas concessionárias e administradoras de terminais aeroportuários.

As duas primeiras salas sensoriais em aeroportos foram instaladas em Florianópolis (SC) e Vitória (ES) pela Concessionária Zurich Airport, em uma iniciativa pioneira que inspirou o atual programa. A

adesão se trata de investimento realizado pelas próprias concessionárias nos aeroportos, não gerando custo algum para a União.

“Este é um momento muito especial para todos nós aqui do Ministério. Quando assumi a Secretaria, tive a chance de visitar diversos aeroportos, incluindo o de Vitória. Lá, visitei a sala multisensorial e presenciei uma cena muito significativa. Uma mãe estava com seu filho autista, adaptando-o ao ambiente antes do voo. Ela agradecia pelo espaço, pois, graças a essa iniciativa, ela e sua família poderiam, pela primeira vez, viajar com tranquilidade. Sabemos que o ambiente do aeroporto — o barulho, a correria, as pessoas passando com malas — pode ser desafiador para pessoas com neurodivergências. O programa traz ações simples, mas que transformam vidas”, destacou Tomé Franca, secretário nacional de Aviação Civil do MPor.

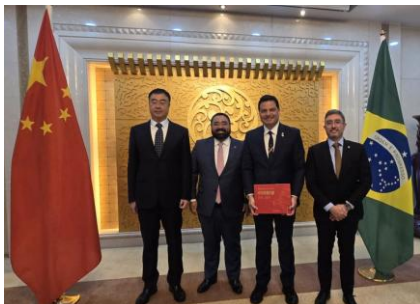
Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 12/11/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

SETOR PORTUÁRIO - SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS REALIZA VISITA À CHINA PARA FOMENTAR RELAÇÕES COMERCIAIS

Na oportunidade, a empresa CMPort, responsável pelo Terminal de Contêineres de Paranaguá, assinou uma carta de intenção para novos investimentos no terminal paranaense



Secretário Nacional de Portos do MPor realiza visita à China para fomentar relações comerciais

No começo de novembro, o Secretário Nacional de Portos do Ministério de Portos e Aeroportos, Alex Avila, esteve com a diretoria da China Merchants Port (CMPort), empresa chinesa que controla o Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP). Durante o encontro, foi assinada uma carta de intenção para novos investimentos no terminal paranaense.

Aproveitando sua viagem oficial à China, o secretário visitou o Porto de Mawan, em Shenzhen, onde teve a oportunidade de conhecer de perto as operações do terminal, incluindo o centro de controle operacional, com atividades automatizadas, e os planos de expansão. A visita permitiu uma análise detalhada da conexão estratégica entre as atividades do grupo na China e no Brasil. O Porto de Mawan movimentava anualmente cerca de 3 milhões de TEUs. “É um complexo moderno, com grande parte das operações automatizadas, com equipamentos e caminhões operados remotamente. Um modelo a ser seguido”, disse Alex.

A comitiva brasileira contou também com a presença do secretário Estadual de Infraestrutura do Paraná, Sandro Alex Cruz de Oliveira, e do diretor-presidente da empresa pública Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia. Eles foram recebidos pelo CEO do Porto, Jeffrey HE, e pelos executivos da CMPort. Em outra ocasião, a delegação foi recebida pelo vice-ministro de Transportes da China, Wang Gang, e sua equipe. Durante esses encontros, discutiram-se amplas oportunidades estratégicas, incluindo novas concessões para o canal de Paranaguá e o terminal Tecon Santos 10, com leilões programados até o final de 2025. Os executivos chineses demonstraram grande interesse em expandir suas operações no Brasil.

Durante a agenda com o Ministério de Transportes da China, foram discutidos planos para ampliar as relações logísticas entre os dois países, além de fomentar novos investimentos chineses em ativos portuários brasileiros. A Secretaria de Portos também aproveitou a ocasião para formalizar um convite ao Ministério de Transportes da China para uma visita ao Brasil, visando explorar mais de



perto as oportunidades no setor portuário brasileiro, com ênfase nos 43 leilões previstos para acontecerem até o final de 2026.

“A China é um dos principais parceiros comerciais do Brasil e o maior comprador de diversos produtos nacionais, como commodities agrícolas (especialmente soja), minério de ferro, petróleo e carnes congeladas - como a suína. Para atender essa demanda, os portos brasileiros desempenham um papel essencial e estratégico no comércio exterior, servindo como o principal meio de transporte para esses produtos. A infraestrutura portuária é, portanto, fundamental para manter a eficiência e a competitividade das exportações brasileiras, que têm na China um mercado vasto e crescente”, enfatizou o Secretário Alex Avila.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 12/11/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O CRESCIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL E SEUS IMPACTOS POSITIVOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A notícia do aumento significativo na oferta de voos domésticos no Brasil traz um sopro de otimismo para o setor turístico e para a economia como um todo. A decisão de ampliar em 12% a oferta de assentos, impulsionada por uma parceria entre o governo e as companhias aéreas, demonstra a confiança no potencial do mercado interno e a capacidade do País de superar os desafios enfrentados nos últimos anos.

O crescimento da aviação civil brasileira é um reflexo da retomada da economia e do aumento do poder aquisitivo da população. A decisão dos brasileiros de explorar as belezas naturais e culturais do próprio país, em detrimento de viagens internacionais, demonstra um amadurecimento do mercado consumidor e um maior apreço pela riqueza e diversidade do nosso território.

Essa expansão do setor aéreo tem impactos positivos em diversas áreas da economia. O aumento da conectividade aérea entre as diferentes regiões do País facilita a circulação de pessoas e bens, estimula o desenvolvimento regional e gera empregos em diversos setores, como turismo, hotelaria e serviços. Além disso, a aviação civil contribui para a promoção da cultura e do intercâmbio entre as diferentes regiões da Nação.

O programa Conheça o Brasil Voando, ao oferecer novas rotas e destinos, contribui para a democratização do acesso ao transporte aéreo e para a descoberta de novos destinos turísticos. A modalidade stopover, que permite ao viajante visitar uma cidade intermediária sem custo adicional, é uma iniciativa inovadora que pode impulsionar o turismo em cidades menores e menos conhecidas.

É importante destacar que o crescimento da aviação civil exige investimentos em infraestrutura aeroportuária. A expansão da capacidade dos aeroportos é fundamental para atender à crescente demanda por voos e garantir a qualidade dos serviços oferecidos aos passageiros. O Governo Federal tem um papel fundamental nesse processo, investindo em obras de ampliação e modernização dos aeroportos e em melhorias na gestão do tráfego aéreo.

A expansão da oferta de voos domésticos também traz desafios, como a necessidade de garantir a segurança operacional e a sustentabilidade ambiental. As companhias aéreas devem investir em tecnologias mais eficientes e em combustíveis menos poluentes, contribuindo para a redução das emissões de gases do efeito estufa.

Nesse contexto, o crescimento da aviação civil brasileira é uma notícia positiva que demonstra a força e a resiliência da economia nacional. Ao investir no turismo e na conectividade aérea, o País está abrindo novas oportunidades de desenvolvimento e promovendo a integração entre as



diferentes regiões. É fundamental que esse processo continue sendo impulsionado, com o apoio do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS - GOVERNO ZERA IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE REMÉDIOS CONTRA CÂNCER

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

IMPOSTO ZERADO 1

O Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex-Camex) zerou o imposto de importação de 13 produtos. Entre os itens beneficiados, estão medicamentos usados no tratamento do câncer de próstata e outros tipos de câncer. Outros produtos com tarifa zerada são insumos usados na produção de luvas médicas, pás eólicas, pneus e defensivos agrícolas, lentes de contato hidrogel e filmes para radiografias. O imposto de importação, que variava de 3,6% a 18%, foi zerado.

IMPOSTO ZERADO 2

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), as tarifas para esses produtos foram zeradas para atender à demanda interna para produtos com pouca produção nacional.

MERCADO LIVRE DE GÁS 1

A Petrobras e o grupo produtor de aço Gerdau assinaram nessa segunda-feira, dia 11, contratos para fornecimento de gás natural no mercado livre de comercialização, atendendo a unidade de produção de aços especiais no Rio Grande do Sul. O acordo marca a primeira migração de um cliente do mercado industrial cativo para o mercado livre no estado gaúcho. Assim, a companhia se torna pioneira na mudança para esse modelo de comercialização no estado, cujas regras foram recentemente aprovadas pela agência reguladora estadual e pelo governo gaúcho.

MERCADO LIVRE DE GÁS 2

“A ampliação da parceria entre Petrobras e Gerdau no mercado livre de gás demonstra que o portfólio de venda de gás natural da Petrobras está, a cada dia, mais competitivo e atrativo. Estamos investindo mais de US\$ 7 bilhões em novas infraestruturas de oferta de gás natural, além de oferecer diversas opções de contratos flexíveis, adequados às necessidades dos clientes, com diferentes modalidades de prazo e indexadores, contribuindo para a descarbonização e aumento da competitividade da indústria nacional”, afirmou o diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras, Maurício Tolmasquim.

MERCADO LIVRE DE GÁS 3

“A Gerdau teve início há mais de 123 anos no Rio Grande do Sul e tem o estado como uma de suas bases para crescimento no longo prazo. Este acordo fortalece a competitividade de suas operações. A nova parceria com a Petrobras representa movimento pioneiro e inovador na busca pelo desenvolvimento do mercado livre do gás natural no Rio Grande do Sul, um insumo que acreditamos ser fundamental para a produção e descarbonização do aço nos próximos anos”, informou a diretora global de Energia e Suprimentos da Gerdau, Flávia Souza.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2024

NACIONAL - NAVEGUE SIMPLES: GOVERNO CRIA GRUPOS DE TRABALHO PARA MODERNIZAR SETOR PORTUÁRIO

Seis GTs atuarão em frentes como simplificação de processos, inovação e adaptação às mudanças climáticas para elevar a eficiência portuária até 2028

Por YOUSEFE SIPP yousefe.sipp@redebnews.com.br



Cerimônia de anúncio de criação dos GTs: o Navegue Simples teve o objetivo de desburocratizar o processo de autorização de terminais de uso privado nos portos do país

VAMOS DISCUTIR COMO FOMENTAR INVESTIMENTOS, PROMOVER PESQUISAS E INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO E A INOVAÇÃO NO SETOR”

MARIANA PESCATORI
secretária-executiva do Ministério dos Portos e Aeroportos

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) anunciaram na segunda-feira (11), em Brasília, os seis Grupos de Trabalho (GTs) que irão atuar no âmbito do programa Navegue Simples.

Os GTs terão duração de 12 meses, com um ciclo de quatro etapas até 2028. O primeiro, em andamento desde julho deste ano, foca na simplificação de procedimentos para terminais privados. Outros temas abordados incluem licenciamento ambiental para instalações portuárias privadas fora dos portos públicos; destinação de terrenos em águas públicas da União; simplificação de processos de arrendamento; adaptação de portos às mudanças climáticas e inovações no ambiente portuário.

A secretária-executiva do Ministério dos Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, pontuou que o objetivo é revisar os gargalos do setor, buscando soluções para o futuro. “Vamos discutir como fomentar investimentos, promover pesquisas e incentivar o desenvolvimento e a inovação no setor”, afirmou.

O Governo Federal lançou o programa Navegue Simples em julho deste ano, com o objetivo de desburocratizar o processo de autorização de terminais de uso privado (TUPs) nos portos do país. Uma das metas é reduzir, por exemplo, o prazo para autorizar a concessão de um empreendimento privado, que atualmente leva cerca de três anos, para um período de seis a oito meses. De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos, mais de R\$ 5 bilhões devem ser investidos no setor portuário por meio da medida.

Tetsu Koike, diretor de Programas de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação da pasta, enfatizou os desafios enfrentados pelo setor portuário, como a limitação de capacidade nos portos, questões relacionadas à segurança e obstáculos ambientais.

Segundo o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, a implementação dos GTs é uma continuidade do compromisso de promover melhorias estruturais, com ênfase no diálogo constante entre os agentes diretamente afetados pelos gargalos no setor, buscando soluções que favoreçam a inovação e a eficiência operacional.

O programa Navegue Simples será dividido em quatro ciclos. O primeiro segue até julho de 2025, o segundo ocorrerá de julho de 2025 a junho de 2026, o terceiro se estenderá de julho de 2026 a junho de 2027, e o último ciclo irá de julho de 2027 até junho de 2028.

Durante esses períodos, os Grupos de Trabalho terão como objetivo a identificação e implementação de medidas que busquem melhorar a gestão portuária, reduzir custos operacionais e garantir maior eficiência nos processos administrativos.

Primeiros trabalhos

No dia 17 de outubro, a Antaq aprovou o relatório preliminar das ações sugeridas pelo primeiro grupo de trabalho, voltado para os terminais privados. Entre as propostas estão mudanças que visam acelerar os processos de autorização para a operação de terminais, com a promessa de reduzir significativamente o tempo de tramitação das solicitações.

Além disso, está prevista uma reestruturação mais profunda a médio e longo prazo, com a centralização e padronização de processos, o que deve proporcionar uma maior integração entre os

órgãos reguladores e facilitar a comunicação com os envolvidos no setor portuário. Também será implementado o uso de sistemas eletrônicos para garantir a transparência e a agilidade nas operações.

Nos próximos 30 dias, a agência reguladora deve elaborar e aprovar um plano para a implementação das medidas recomendadas no relatório, com a definição dos prazos e dos responsáveis por cada etapa.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 12/11/2024

NACIONAL - BRASIL APRESENTA NOVAS METAS CLIMÁTICAS NA COP 29

País busca neutralidade climática até 2050, com foco no combate ao desmatamento e no avanço da transição energética

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebnews.com.br



O país busca reduzir entre 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) até 2035, como parte da estratégia para alcançar a neutralidade climática até 2050 (Foto: Divulgação/Seinfra)

O Brasil atualizou sua meta climática e se comprometeu a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 59% a 67% até 2035, em comparação com os níveis de 2005. A nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) será apresentada durante a COP 29, conferência climática da

ONU que começou na segunda-feira (11), em Baku, Azerbaijão.

A delegação brasileira, liderada pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, entregará o novo compromisso à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC). O objetivo da NDC é alinhar o Brasil aos termos do Acordo de Paris, que visa limitar o aquecimento global a 1,5°C.

Em números, o país busca reduzir entre 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) até 2035. O parâmetro foi definido após reuniões entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. O compromisso faz parte da estratégia para alcançar a neutralidade climática até 2050.

Uma das ações fundamentais para atingir os resultados esperados é o enfrentamento do desmatamento, que representa a principal fonte de emissões de gases de efeito estufa devido à liberação de CO₂.

Paralelamente, algumas estratégias estão sendo implementadas pelo Governo Federal, como o Plano Combustível do Futuro, o Fundo Clima, os Títulos Soberanos Sustentáveis, o Fundo Florestas Tropicais, o Programa de Recuperação de Pastagens Degradadas, o Plano de Transição Energética, o Programa Nova Indústria Brasil, entre outras iniciativas.

O Instituto Copernicus, da União Europeia, indicou que 2024 será o ano mais quente já registrado, com um aumento médio da temperatura superior a 1,5°C. Em 2023, já havia sido registrado o ano mais quente até então.

A COP 29 tem como principal objetivo definir um novo compromisso global de financiamento climático, estabelecendo quanto os países desenvolvidos irão investir para apoiar as nações em desenvolvimento na transição para energias mais limpas, na adaptação às mudanças climáticas e na recuperação dos impactos de eventos extremos.

Diante do contexto crítico para a implementação do Acordo de Paris, marcado por recentes catástrofes e tragédias como as enchentes no Rio Grande do Sul e na Espanha, a histórica seca na Amazônia e o furacão Milton nos Estados Unidos, a conferência se torna um reflexo das tensões globais.

TCU em painel

O evento seguirá até o próximo dia 22 e contará com a presença de representantes de mais de 190 países, incluindo o Brasil, além de aproximadamente 40 mil delegados. O vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo, participará nesta terça-feira (12) do painel “Como o ClimateScanner e a Assembleia Global de Cidadãos podem impulsionar soluções climáticas globais e construir o caminho para a COP 30”.

Durante o Fórum Brasil Export, realizado em outubro, Vital do Rêgo já havia apresentado o ClimateScanner, a nova ferramenta do TCU que tem como objetivo monitorar como outras autoridades ao redor do mundo estão lidando com as mudanças climáticas.

O ministro explicou que os estados, por meio de seus órgãos de controle, alimentam a plataforma com informações sobre como cada país está agindo em três áreas principais no enfrentamento das intempéries climáticas: governança, políticas públicas e investimentos.



No Fórum Brasil Export, Vital do Rêgo apresentou o ClimateScanner, ferramenta que visa monitorar como

A ideia é avaliar a ação dos governos em relação ao clima, consolidar os dados em um panorama global, apoiar o planejamento de ações futuras e comunicar dados relevantes. Tanto os agentes públicos quanto privados, especialmente nos segmentos de infraestrutura e transportes, poderão utilizar a ferramenta para tornar o setor mais resiliente.

O projeto, conduzido no âmbito do Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental da entidade internacional Intosai, também será apresentado na COP 30 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), que ocorrerá em 2025, na cidade de Belém, no Pará.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2024

AEROPORTOS - EMPRESAS AÉREAS VÃO OFERTAR 17,8 MIL VOOS A MAIS NA TEMPORADA DE VERÃO

Aumento é resultado de uma parceria com o Ministério do Turismo

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Os números foram apresentados nesta segunda-feira (11) pelo ministro do Turismo, Celso Sabino, durante o lançamento da nova etapa do programa Conheça o Brasil Voando. Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Uma parceria entre o Ministério do Turismo e companhias aéreas deverá aumentar para 29,8 milhões o número de assentos em voos domésticos no próximo verão. A previsão é que sejam ofertados 3,2 milhões de assentos a mais, número que corresponde a um crescimento de 12%

na comparação com a temporada passada.

A expectativa é que o número voos internos disponíveis aumente em 17,8 mil, chegando a um total de 184 mil, resultado 10,7% acima do total verificado em 2023. As informações são da Agência Brasil.

Os números foram apresentados nesta segunda-feira (11) pelo ministro do Turismo, Celso Sabino, durante o lançamento da nova etapa do programa Conheça o Brasil Voando. “Saltamos para o quarto maior mercado de aviação civil”, disse Sabino ao iniciar seu discurso, referindo-se a este mercado que tem, como líderes globais, os Estados Unidos e a China.

Segundo o ministro, as melhorias vão além da expansão, abrangendo também os serviços oferecidos pelas empresas do setor. “O brasileiro está voltando a se interessar em conhecer o próprio país. Em São Paulo, o interesse em conhecer outras partes do país superou o de conhecer os EUA”, acrescentou.

Investimentos

De acordo com Celso Sabino, com o aumento do número de assentos, “nossos aeroportos estarão perto de atingir sua capacidade máxima”. Para ele, os bons resultados na economia do país se refletem “no número de brasileiros que querem viajar”.

Sabino destacou que os investimentos feitos pelo governo federal em portos e aeroportos têm favorecido esta “atividade limpa, sustentável e geradora de emprego e renda”, que pode ser ainda mais potencializada com o fato de as pessoas estarem cada vez mais cientes de que há preços ainda mais competitivos quando a passagem é adquirida com antecedência.

Segundo o ministério, a nova etapa do programa, que entra em seu segundo ano, inclui a ampliação da oferta de stopover, modalidade que permite ao viajante visitar uma cidade intermediária antes de chegar ao destino, utilizando a mesma passagem.

Ainda segundo a pasta, a Azul Linhas Aéreas terá 3.994 voos extras entre dezembro e fevereiro, com novas rotas e conexões para destinos nacionais e internacionais e quase 40% a mais de assentos. Já a Azul vai operar dez novas rotas diretas. A Latam disponibilizará 2,3 mil voos extras domésticos e internacionais.

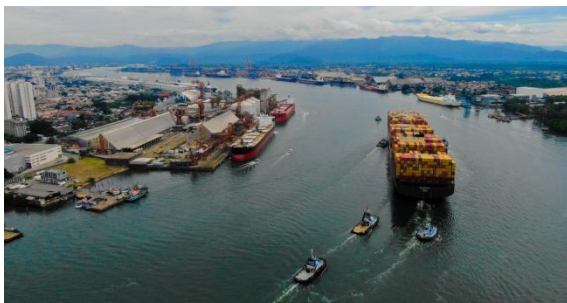
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2024

PORTO DE SANTOS - APS APRESENTA CAMPANHA DE DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO

Reunião online teve participação de representantes das comunidades tradicionais pesqueiras da região

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Atual campanha de dragagem começou nesta segunda-feira (11) e é feita pela draga TSHD Utrecht. A área de atuação abrange os trechos do canal de navegação da Barra até a Alemoa. Os sedimentos removidos serão depositados no Polígono de Disposição Oceânica. Foto: Divulgação/APS

A Autoridade Portuária de Santos (APS) realizou, na manhã desta segunda-feira (11) uma apresentação online sobre a nova campanha de dragagem de manutenção do Porto de Santos. A dragagem começou

hoje e se estenderá até janeiro de 2025.

O PRESIDENTE DA APS, ANDERSON POMINI, ENFATIZA QUE O PORTO DE SANTOS NÃO ENFRENTA ATUALMENTE PERDA DE CALADO, MAS RESSALTA QUE A DRAGAGEM É UMA MEDIDA ESSENCIAL PARA MANTER A COMPETITIVIDADE DO PARQUE PORTUÁRIO SANTISTA

A reunião foi realizada pela internet e contou com a participação de representantes das comunidades tradicionais pesqueiras da região. Conduzida pelo gerente de Sustentabilidade da APS, Bruno

Takano, a apresentação destacou a importância da dragagem para garantir a segurança da navegação e a eficiência das operações do Porto de Santos.

Na atual campanha de dragagem, a draga TSHD Utrecht, de tecnologia avançada e capacidade de 18,3 mil metros cúbicos, iniciou suas operações. A área de atuação abrange os trechos do canal de navegação da Barra até a Alemoa, sendo que os sedimentos removidos serão depositados no Polígono de Disposição Oceânica, conforme previsto pela licença ambiental e no plano conceitual de dragagem aprovado pelo Ibama.

O Porto está situado em um estuário que recebe volume significativo de sedimentos, que podem provocar assoreamento e reduzir as cotas de projeto estabelecidas, principalmente em função das chuvas e de eventos oceanográficos de alta energia. Assim, a dragagem em Santos é permanentemente necessária para a manutenção da profundidade do complexo. O presidente da APS, Anderson Pomini, enfatiza que o Porto de Santos não enfrenta atualmente perda de calado, e ressalta que a dragagem é uma medida essencial para manter a competitividade do parque portuário santista.

A APS também destacou seu compromisso com a sustentabilidade e a conformidade ambiental. As atividades de dragagem e de disposição oceânica estão previstas na Licença de Operação (LO) do Porto Organizado de Santos nº 1382/2017. Em 2022 tal Licença de Operação foi renovada por mais dez anos, passando sua vigência até 2032.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2024

PORTO DE SANTOS - APS INICIA JORNADA ESG COM DEBATES SOBRE SUSTENTABILIDADE

No encerramento, Porto de Santos fará a entrega do Prêmio Excelência em ESG para empresas portuárias

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br



O presidente da APS, Anderson Pomini, participou da abertura da Jornada ESG: “A nossa ideia é reunirmos os principais especialistas nessas áreas, dentro da cadeia do ESG” (Foto: Divulgação/APS)

Começou nesta segunda-feira, 11 de novembro, a III Jornada ESG do Porto de Santos (SP), promovida pela Autoridade Portuária de Santos (APS) e realizada no Parque Valongo. O evento reúne operadores portuários e especialistas do tema de ESG que, ao longo de três dias, vão debater e apresentar as melhores práticas visando a promoção de um porto mais sustentável.

O objetivo da jornada, que em 2024 realiza a sua terceira edição, é convidar os participantes a refletirem seus papéis no desenvolvimento de um porto sustentável, bem como o entorno do complexo.

O objetivo da jornada, que em 2024 realiza a sua terceira edição, é convidar os participantes a refletirem seus papéis no desenvolvimento de um porto sustentável, conhecer programas e melhores práticas para promoção de um modo positivo, consciente e integral de construir e manter uma comunidade de entorno portuário sustentável junto ao Porto de Santos.

O evento contará com painéis técnicos e rodas de debate, além de palestras especiais com os principais especialistas da área.

“A troca de experiência, o engajamento do setor privado com o público, para que juntos tenhamos uma única pauta, na área ambiental, para pensarmos nas próximas gerações. A nossa ideia é

reunirmos os principais especialistas nessas áreas, dentro da cadeia do ESG, para trocarmos as ideias e ações que foram implementadas, tanto no privado, quanto no público. Serão três dias riquíssimos em torno de debates com bom conteúdo em favor dessas pautas que são caríssimas, principalmente para as próximas gerações”, comentou o diretor-presidente da APS, Anderson Pomini.

No primeiro dia, a solenidade de abertura contou com a participação de diretores da Autoridade Portuária, assim como representantes da Prefeitura de Santos e do Ministério de Portos e Aeroportos.

Na quarta-feira (13), no encerramento do evento, acontecerá a entrega do Prêmio Excelência em ESG, em que o Porto de Santos vai fazer o reconhecimento das melhores iniciavas que visam aprimorar as práticas de ESG das empresas portuárias.

“Teremos a entrega do primeiro prêmio, que foi elaborado, construído e pensado pelo Porto de Santos. A ideia é prestigiar, incentivar, estimular e premiar as empresas que já adotem essas pautas importantes nas suas bases, nas suas operações”, completou Pomini.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2024

REGIÃO SUDESTE - SP ESTIMA LANÇAR MAQUETE DA NOVA PISTA DA IMIGRANTES ATÉ FINAL DO ANO

Projeto de nova ligação rodoviária está sob responsabilidade do Grupo EcoRodovias

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebnews.com.br



No início do ano, o Governo do Estado autorizou a concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes a iniciar os estudos para elaboração do projeto executivo da obra viária (Foto: Reprodução)

O Governo de São Paulo deverá divulgar ainda este ano a maquete eletrônica referente ao projeto da terceira pista da Rodovia dos Imigrantes, que vai ligar a capital paulista com a região da Baixada Santista. A informação é do secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

O secretário falou sobre o assunto em vídeo publicado pela deputada estadual Solange Freitas (União Brasil), publicado nas redes sociais na segunda-feira (11).

Benini comentou sobre o andamento da elaboração do projeto executivo da nova rodovia, que está sob responsabilidade do Grupo EcoRodovias.

“A terceira pista da Imigrantes avançou bem o projeto, a gente deve marcar acho que até o final do ano um evento na Baixada Santista para mostrar a maquete eletrônica do projeto. O projeto me surpreendeu pela qualidade e vai ajudar muito a melhorar o fluxo de trânsito na Baixada”, comentou.

Em nota enviada ao BE News, a Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) afirmou que o evento em questão está sendo organizado e que mais detalhes serão divulgados posteriormente.

No início do ano, o Governo do Estado, por meio da pasta de Parcerias em Investimentos, autorizou a concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), a Ecovias, a começar os estudos para elaboração do projeto executivo da obra viária. Seguindo o cronograma, a expectativa é que a nova pista seja entregue em meados de 2030.

Segundo o Grupo EcoRodovias, a nova pista terá vocação para atendimento dos veículos pesados que seguem para o Porto de Santos. Segundo dados de sindicatos ligados a caminhoneiros e da Autoridade Portuária de Santos, até 15 mil caminhões percorrem o SAI diariamente.

Alemoa

Benini ainda atualizou as obras referentes às melhorias de infraestrutura do viaduto Paulo Bonavides, que faz o único acesso rodoviário para o Porto de Santos pela margem direita, no bairro Alemoa, em Santos.

O anúncio do estado se deu após reivindicações de sindicatos ligados aos caminhoneiros autônomos que pediam por melhorias de infraestrutura viária no trecho.

“Teve um protesto dos caminhoneiros no ano passado e o governador se comprometeu a fazer a saída no fundo da Alemoa. O Grupo Eco está com o projeto executivo quase pronto e a gente deve iniciar a obra logo no começo do ano que vem”, comentou Benini.

Recentemente, o Governo do Estado autorizou a Ecovias a realizar os estudos do projeto executivo referente ao segundo acesso rodoviário do bairro Alemoa.

“Hoje só temos um acesso, e quando temos um acidente temos problema no trecho. É outro projeto que vai melhorar muito a entrada de Santos”, finalizou Benini.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2024

REGIÃO SUDESTE - MG ANUNCIA CONCESSÃO DO LOTE RODOVIÁRIO VETOR NORTE

São 123,4 quilômetros de pistas que passam por 13 municípios no estado

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebenews.com.br



Projeto prevê investimentos de R\$3 bi ao longo de 30 anos. Foto: Divulgação/Seinfra

A Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra) de Minas Gerais anunciou, nesta segunda-feira (11), a concessão do Lote Rodoviário Vektor Norte, que abrange 123,4 quilômetros de pistas e passa por 13 municípios no estado. O projeto prevê investimentos da ordem de R\$3 bilhões ao longo de 30 anos e inclui R\$1,3 bilhão destinado à melhoria dos

serviços aos usuários das estradas.

O edital de licitação está previsto para ser publicado no primeiro trimestre de 2025, com o leilão programado para o segundo trimestre do mesmo ano. O projeto foi apresentado a prefeitos e deputados nesta segunda-feira e ficará disponível para consulta pública a partir de quarta-feira (13), no site da Seinfra.

O trecho do Vektor Norte abrange as rodovias MG-010, MG-424 e LMG-800, conectando as cidades de Belo Horizonte, Lagoa Santa, Prudente de Moraes, Capim Branco, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Confins, São José da Lapa, Santana do Riacho, Jaboticatubas, Vespasiano, Santa Luzia e Sete Lagoas.

O projeto inclui a construção de contornos viários, a duplicação de pistas e a ampliação da capacidade das rodovias, além da implementação de faixas adicionais e a readequação das vias marginais. Também serão realizadas obras de manutenção e recuperação do pavimento, como recapeamento, eliminação de trincas, renovação da sinalização, substituição de placas e outras melhorias na malha.

FREE FLOW

Uma das inovações será o sistema free flow, que permite a cobrança sem paradas nas praças de pedágio. Com estruturas sem cancela, a medida visa aumentar a segurança e a agilidade do tráfego, permitindo que os motoristas sigam viagem sem interrupções.

Segundo o secretário de Estado de Infraestrutura de Minas Gerais, Pedro Bruno, a concessão do Lote Rodoviário Vetor Norte tem como objetivo aumentar a fluidez e a velocidade do tráfego nas rodovias da região, reduzindo o tempo de deslocamento entre os municípios abrangidos pelo trecho. Atualmente, dados da Seinfra apontam que 45% das estradas da região ainda possuem pista simples.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2024

MISSÃO BRASIL EXPORT - COMITIVA DO BRASIL EXPORT FAZ BALANÇO POSITIVO DA MISSÃO NO MEDITERRÂNEO

Autoridades, executivos e especialistas destacam aprendizados e trocas de experiência para fortalecer a competitividade portuária nacional

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Parte da comitiva em Gênova, na Itália: o objetivo da missão internacional do Brasil Export foi promover a troca de experiências com empreendimentos estratégicos do Mediterrâneo

Autoridades e executivos do setor portuário brasileiro avaliaram positivamente a missão internacional do Brasil Export, que entre os dias 3 e 11 deste mês percorreu portos de Gênova, Nápoles e Palermo, na Itália; Barcelona, na Espanha; Marselha, na França, e também

fez escala em Túnis, na Tunísia. O objetivo da missão foi promover uma troca de experiências com empreendimentos estratégicos do Mediterrâneo, onde o histórico de investimentos contínuos transformou esses portos em referências de eficiência e inovação.

Para Régis Prunzel, presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), observar os portos mediterrâneos destacou o potencial de desenvolvimento do setor brasileiro. “O que a gente pode destacar é a importância da movimentação de cargas e de como os portos do Mediterrâneo evoluíram ao longo de muito tempo. Um pouco diferente do que a gente tem feito principalmente nos portos da Baixada Santista”, afirmou. Prunzel enfatizou que os investimentos realizados no Brasil são essenciais para fortalecer a competitividade do país no cenário global.

A comitiva realizou diversas atividades a bordo do navio MSC Fantasia, incluindo palestras e painéis de debates. Uma oportunidade valiosa para reflexão e aprendizado. “Visitamos vários países, vários portos e vemos eventos com debates extremamente ricos”, pontuou Helano Pereira, vice-presidente executivo da Ultracargo, destacando o valor do intercâmbio de práticas e soluções inovadoras. Murillo Barbosa, presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), também observou que, apesar do alto nível dos terminais brasileiros, a missão representou uma oportunidade de atualização. “Nós do Brasil, no estado da arte, não temos na parte de terminais de contêineres muito mais a aprender, mas essa troca de experiências e novos conhecimentos é extremamente importante”.

Para Renato Freitas, superintendente da Transglobal, o contato com os modelos europeus confirmou avanços já realizados no Brasil e apontou áreas com potencial de melhoria. “Tivemos belas oportunidades de comparar o nosso negócio no Brasil com a Europa e ver que, de fato, temos muito a fazer. Mas ao mesmo tempo já tem bastante coisa feita”.

Angelino Caputo, diretor executivo da Associação Brasileira dos Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), também ressaltou a importância dessas comparações. “Às vezes achamos alguma coisa que

não tem no Brasil. Às vezes achamos pior e concluímos que o Brasil é melhor naquele ponto. Mas nada supera a integração da equipe”.

A missão contribuiu ainda para estreitar relações entre os executivos, reforçando um espírito colaborativo entre as lideranças do setor. “Essa integração foi fantástica, sem dúvida alguma, reforçando uma amizade que era meio longínqua e hoje é muito próxima”, destacou Bayard Umbuzeiro Filho, diretor-presidente da Transbrasa.

Além dos aspectos técnicos e comerciais, o potencial turístico dos terminais de cruzeiros brasileiros ganhou destaque durante a missão. Para o deputado estadual Caio França, os portos mediterrâneos trazem um exemplo relevante ao Brasil, que pode aproveitar o turismo portuário para gerar mais oportunidades e desenvolvimento regional.

“Estivemos na França, na Espanha e na Itália, países que têm o turismo como vocação. E nós temos no terminal de cruzeiros uma experiência importante a ser aproveitada, interagindo muito com as cidades”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/11/2024

BRASIL EXPORT - CEO DO BRASIL EXPORT DESTACA IMPORTÂNCIA DA TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Para Fabrício Julião, atividades como a missão no Mediterrâneo permitem o contato com novas realidades e práticas globais fortalece o potencial competitivo do setor no Brasil (Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export)

O Brasil Export encerrou sua missão internacional pelo Mediterrâneo com uma avaliação positiva por parte de seu CEO, Fabrício Julião, que destacou o impacto das atividades de intercâmbio realizadas pelo grupo ao longo do ano, que incluíram fóruns regionais, nacionais e esta missão internacional.

Segundo ele, essas atividades permitiram um contato valioso com as diferentes realidades do setor, tanto no Brasil quanto fora do país. “Foi uma temporada em que todos os meses viajamos para um canto do país, encontrando realidades completamente diferentes. Conseguimos provar que temos uma questão de excelência nos nossos terminais”, afirmou o CEO. Segundo ele, embora o Brasil enfrente desafios em termos de acessos e infraestrutura, o intercâmbio internacional fortalece a visão de que o país possui um grande potencial competitivo.

Julião destacou ainda a importância de valorizar o empresário e as autoridades locais. “Essas experiências internacionais trazem também uma valorização do empresário local, das autoridades locais sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido”, pontuou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/11/2024



Através do Projeto de Lei 25581/2025, o deputado estadual Pablo Roberto, busca reformular a Lei nº 11.172/2008, que estabelece diretrizes para a política estadual de saneamento básico. Segundo o parlamentar, a proposta visa tornar obrigatória a inclusão de prazos e ações específicas no Convênio de Cooperação entre o Estado e os Municípios. “Desta forma, os repasses financeiros poderão ser suspensos, caso as obrigações não sejam cumpridas”, afirma Pablo.

A lei atual já reconhece o direito de todos a um ambiente saudável, e estabelece que o Poder Público deve garantir essa condição. No entanto, a falta de efetividade nos serviços prestados pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (EMBASA) tem gerado preocupações. “Através do projeto pretendemos assegurar que os municípios tenham ferramentas para exigir o cumprimento dos compromissos assumidos pela EMBASA, sem prejudicar a continuidade dos serviços essenciais à população”, pontua o parlamentar.



O artigo proposto acrescenta ao Convênio de Cooperação a possibilidade de suspensão dos repasses financeiros enquanto as obrigações não forem cumpridas, mas garante que os serviços não serão interrompidos durante esse período. O deputado Pablo Roberto destacou a importância da aprovação dessa proposta para oferecer maior segurança jurídica tanto aos Municípios, quanto aos cidadãos baianos.

A expectativa é que essa iniciativa traga melhorias significativas na gestão do saneamento básico no estado, promovendo um ambiente mais saudável para todos. A proposta ainda precisa passar por discussão e votação na Assembleia Legislativa antes de se tornar lei.

Fonte: Bahia Econômica
Data: 12/11/2024

CONTINUA SENDO A ECONOMIA, ESTÚPIDO! NA AMÉRICA E NO BRASIL

Redação - 11/11/2024 07:00 - Atualizado 11/11/2024

FacebookTwitterWhatsAppTelegramPartilhar

“É a economia, estúpido!”. A frase cunhada em 1992 por James Carville, então estrategista da campanha presidencial de Bill Clinton contra George Bush, se mostra mais atual do que nunca, afinal, a maioria dos analistas no mundo inteiro dizem que Donald Trump venceu as eleições por causa da economia.

Quem pensou que os ataques de Trump à democracia, que sua visão conservadora e misógina do mundo seriam preponderantes na escolha do novo presidente americano, quebrou a cara: os eleitores estão se lixando para esses temas e sua preocupação é apenas uma: o bolso.

A economia foi o principal tema a mobilizar os eleitores. O custo de vida bem acima do patamar histórico, a sensação de que as contas não fecham e de que o futuro será pior pairava no ar. Pesquisas mostram que 59% desaprovam a forma como Joe Biden conduziu a economia.

Note-se que há um erro de avaliação entre os americanos: Biden conduziu bem a economia, a inflação está voltando gradualmente ao centro da meta, o emprego cresceu e o PIB também, mas o eleitor não olhou para essas conquistas recentes, ele olhou para sua vida nos últimos 4 anos e a sensação é que ela estava pior do que antes. A economia americana sob Joe Biden teve uma excelente performance no que se refere a queda da inflação herdada da pandemia e a geração de empregos, mas não deu tempo para a população perceber. E agora, o bom trabalho de Biden na economia vai ser creditado a Trump.

Que isso sirva de lição para o Brasil, onde a economia vai bem, mas a percepção da população é outra e acha que tudo vai mal. A narrativa de que as contas públicas estão mal e que o país vai entrar em crise está ganhando de longe da narrativa, que é mais verdadeira, de que o país está com o PIB crescendo e a taxa de desemprego em queda, apesar do fiscal. Alguém precisa avisar ao Presidente Lula que a percepção da população vale mais que as estatísticas.

Aqueles que afirmam que a questão da imigração também pesou fundo no eleitorado americano tem alguma razão, afinal, isso é perceptível. Mas atrás desse tema também paira a economia. Muitos imigrantes já estabelecidos votaram em Trump pelo medo de que a entrada de mais imigrantes prejudicasse o que eles já conquistaram.

Além disso, as pesquisas mostraram, e isso também está acontecendo no Brasil, que a população está em busca de uma economia que favoreça oportunidades para subir na vida e estimule o empreendedorismo. A falta de oportunidade, a dificuldade de avançar na escolaridade, a dificuldade de abrir um negócio, os juros altos impedindo o crédito, tudo isso trabalhou a favor de Trump. E, assim, 63% da população, acham que os EUA rumam na direção errada, gastando bilhões com a política externa e abrindo mercado para as empresas estrangeiras colocarem seus produtos. Donald Trump foi considerado mais apto para lidar com a economia do que Kamala Harris por uma margem de 6 pontos percentuais.

O fato é que o eleitor é o mesmo de sempre: um eleitor de resultados. Quer eleger um político que possa melhorar sua vida e tirar poder daquele que lhe obriga a sacrifícios. Claro, no pacote está também uma tendência clara do eleitorado na direção de um mundo mais conservador e a polarização política, na qual a direita vem sendo muito mais eficiente em defender suas ideias que a esquerda, mas nada disso é determinante nem na América, nem no Brasil. O determinante é: o eleitor quer o político que pode melhorar sua vida. Em resumo: continua sendo a economia. Estúpido! (EP – 11/10/2024)

Fonte: Bahia Econômica
Data: 12/11/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

COM INFLAÇÃO MAIS ALTA, SALÁRIO MÍNIMO DEVE FICAR MAIOR E PODE SUPERAR R\$ 1.520 EM 2025; ENTENDA

Consultoria estima que valor ficará R\$ 15 maior do que o previsto no Orçamento, graças à regra que prevê ganho real no piso salarial. Impacto nas contas públicas será de R\$ 13,3 bilhões

Por Thaís Barcellos — Brasília

Antes mesmo de fechar um pacote para conter o crescimento dos gastos obrigatórios, o governo já tem nova pressão para acomodar no já apertado Orçamento de 2025: o impacto do avanço da inflação no reajuste do salário mínimo e dos benefícios previdenciários e sociais.

Cálculos da XP Investimentos obtidos pelo GLOBO apontam que o salário mínimo deve chegar a R\$ 1.524 em 2025.

Para o trabalhador, isso representa R\$ 15 a mais do que o valor previsto no Orçamento, de R\$ 1.509. O impacto para as contas públicas, porém, é muito maior: esse reajuste vai representar um gasto extra de R\$ 13,3 bilhões, além do que estava previsto no Orçamento proposto pelo governo, o que deve dificultar ainda mais o cumprimento da meta fiscal zero.

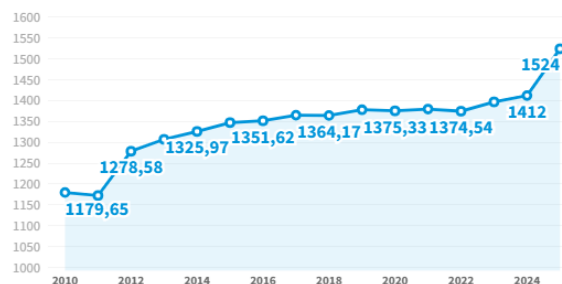
A diferença reside na variação considerada para o INPC, índice que calcula a inflação para famílias de renda mais baixa e é utilizado como referência para o reajuste do mínimo e de benefícios que superam o valor do piso nacional.

Na apresentação do Orçamento, em agosto, o governo considerava que o INPC nos 12 meses acumulados até novembro (data considerada para atualizar o mínimo) seria de 3,82%. Mas a XP estima agora que deve chegar a 4,9%, conforme o relatório assinado pelos economistas Alexandre Maluf e Tiago Sbardelotto.

Valor real do salário mínimo

Com a mudança, impacto no aumento das despesas no Orçamento de 2025 será de **R\$ 13,3 bilhões**

(Em R\$)



*PREVISÃO INICIAL: 1.509 NOVA PREVISÃO: R\$ 1.524

Fonte: Ipeadata, Ministério da Previdência, IBGE, PLOA e XP

O valor fechado do salário mínimo só é sacramentado, portanto, em dezembro, quando saem os dados oficiais do IBGE e o presidente da República assina um decreto com o valor.

Política de reajustes

Para o ano fechado a previsão para o INPC era de 3,65% na peça orçamentária e a projeção mais recente da instituição financeira é de 5,0%. De agosto para cá, houve pressão nos custos de energia e alimentos, principalmente. O governo deve atualizar na semana que vem os parâmetros orçamentários.

Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

Total de benefícios do Regime Geral de Previdência Social **R\$ 13,3 bilhões**

Total de pessoas do INSS que recebem o mínimo **27,2 milhões**

(Em %)



*previsão da XP para o INPC em 12 meses até novembro

Fonte: Ipeadata, Ministério da Previdência, IBGE, PLOA e XP

Hoje, o salário mínimo está em R\$ 1.412. No ano passado, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva retomou a política de reajustes acima da inflação para o piso nacional, que havia sido encerrada na gestão de Jair Bolsonaro. Ela prevê, anualmente, além da recuperação do poder de compra, um ganho real referente à variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Em 2023, houve crescimento de 2,9%.

Por isso, antes mesmo do impacto da inflação mais salgada, o valor do mínimo já gerava preocupação em relação às contas públicas.



Como o piso nacional é referência para o reajuste de diversos benefícios sociais e previdenciários, como a aposentadoria, o seguro-desemprego, o abono salarial e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), seu reajuste gera um efeito cascata nos gastos obrigatórios do governo — que vêm crescendo a um ritmo maior do que o limite de gastos do arcabouço fiscal (2,5% acima da inflação).

A desindexação de benefícios previdenciários e sociais ao mínimo era uma das opções no cardápio da equipe econômica para conter o crescimento das despesas e dar sustentabilidade ao arcabouço fiscal, mas é uma proposta com pouca viabilidade de avançar diante das resistências de Lula. Outra opção que foi levada ao presidente foi limitar o crescimento real do salário mínimo a 2,5% acima da inflação.

Sbardelotto explica, contudo, que o impacto de R\$ 13,3 bilhões não deve estourar o teto do arcabouço fiscal, uma vez que a lei possibilita que o governo abra um espaço adicional em caso de inflação do fim do ano superar a estimada no Orçamento. Dadas as projeções de inflação, essa folga seria de R\$ 14,5 bilhões.

Déficit maior

Mas tem efeito no resultado primário. A projeção no Orçamento de 2025 é de superávit de R\$ 3,7 bilhões ante a meta zero (com intervalo de tolerância de 0,25% do PIB). Mas há muita desconfiança em relação à capacidade do governo de obter as receitas extraordinárias previstas na peça e de conseguir cortar despesas.

Já considerando o impacto do salário mínimo e do INPC, o economista prevê um déficit primário de R\$ 73,3 bilhões, descontando a parcela de precatórios que ficam fora da meta fiscal.

— Esse valor de R\$ 14,5 bilhões não parece muita coisa, mas é praticamente o mesmo valor do aumento da CSLL previsto no Orçamento, de R\$ 14,9 bilhões. Para compensar esse aumento adicional relativo à inflação, teria que aprovar outro aumento da CSLL. Realmente é um complicador para o governo. Mostra o tamanho do desafio para cumprir a meta do ano que vem — avalia.

Corte de gastos: Abono, seguro-desemprego, pisos de Saúde e Educação, veja o que está no radar. Atualmente, a XP não considera em suas projeções a aprovação do aumento da CSLL em 2025 diante da resistência do Congresso, apenas prevê mudanças na tributação dos rendimentos da JCP. Em relação à economia com o pente-fino em programas do governo, Sbardelotto espera cerca de R\$ 15 bilhões, contra R\$ 25,9 bilhões estimados pela equipe econômica.

Sbardelotto também não contabiliza nenhum efeito das medidas estruturais para contenção de gastos atualmente discutidas pelo Executivo. Uma desindexação do mínimo poderia gerar uma economia de R\$ 300 bilhões em dez anos, mas ele destaca que a proposta parece ter veto político.

— Realmente existe um desafio muito grande para cumprir a meta de 2025, até maior do que o deste ano. Em 2024, tivemos R\$ 90 bilhões de receitas extraordinárias, mas tem parte muito grande que não se repete nos próximos anos. O governo vai ter que correr atrás de toda a receita deste ano para chegar no mesmo resultado deste ano, o limite inferior da meta.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/11/2024

PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA PEDE AO SUPREMO A SUSPENSÃO DA LEI DAS BETS

PGR entrou no Supremo com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade alegando que a lei fere a constituição ao não proteger o cidadão

Por Mariana Barbosa

O Procurador Geral da República, Paulo Gonet, entrou na noite de segunda-feira (11) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade com pedido de cautelar para suspender a legalização das apostas

esportivas on-line no Brasil. Na ação, a PGR argumenta que a entrada em vigor das leis 14.790/2023 e 13.756/2018, “sem a implementação de mecanismos que protejam direitos fundamentais” — tais quais “dignidade humana, saúde e alimentação e direitos do consumidor” — fere o que foi estabelecido na Constituição Federal.



Bets — Foto: Bruno Peres/Agência Brasil - Bets , Bet

Causou surpresa o fato de a ADI ter sido apresentada no momento em que a corte Suprema discute, em uma série de audiências públicas, o impacto das proliferações das apostas online na sociedade. Horas antes da PGR entrar com a ADI, o Advogado Geral da União, Jorge Messias estava no Supremo participando da audiência, como integrante da mesa. Messias não disse que entraria com a ADI, mas declarou acreditar que o modelo não estava alinhado à Constituição. Ele chegou a comparar as bets a um “dragão” que precisa ser domado pelo governo.

— Declarar a lei inconstitucional vai deixar, aí sim, o dragão completamente descontrolado — diz um executivo do setor. — Tornar a atividade ilegal não vai acabar com o problema. Assim como o crack e suas consequências não deixam de existir porque é ilegal. Já havia jogo online antes da entrada em vigor da lei, que veio para regulamentar a atividade econômica —. Ele lembra que o Brasil era dos raros países laicos e democráticos a criminalizar jogos de azar até a lei de 2023.

O entendimento da indústria é de que o controle social — como a proteção a menores, regulamentação da publicidade etc — deve se dar pela regulamentação da lei e não suspendendo uma legislação que passou por todo o trâmite no Congresso Nacional. — Temos um instrumento correto pra fazer isso que é a regulamentação, com as portarias regulatórias que estão sendo publicadas agora e que são mais flexíveis — diz o executivo.

A eventual declaração de inconstitucionalidade da lei poderá levar a um ambiente de total desregulamentação até que venha a ser aprovada uma nova lei. — A quem interessa o total desregramento do setor? — questiona o executivo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 12/11/2024

LULA SE REÚNE COM HADDAD E MINISTROS E VOLTA A DISCUTIR PACOTE FISCAL

Discussões no Planalto sobre pacote já duram três semanas



O presidente Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo/11-09-2024

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a se reunir com ministros para tratar sobre o pacote de contenção de gastos, discussão que já se arrasta há cerca de três semanas. Na manhã desta terça-feira, Lula esteve com os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Luiz Marinho (Trabalho) e Rui Costa (Casa Civil).

Depois, Lula e Haddad estiveram com os ministros Carlos Lupi (Previdência Social) e Wellington Dias (Desenvolvimento Social).

As discussões sobre as medidas, que visam dar sustentabilidade ao arcabouço fiscal e à dívida pública, se intensificaram depois do segundo turno das eleições municipais, mas o presidente ainda não bateu o martelo.

Entre as mudanças avaliadas pelo governo estão o seguro-desemprego e o abono salarial, gastos que mais crescem depois da Previdência Social e do Benefício da Prestação continuada (BPC).

Na semana passada, as reuniões entre Lula, a equipe econômica e os ministros das áreas sociais, que devem ser afetados, chegaram a durar tardes inteiras. Houve, inclusive, alguns embates, como entre Marinho e Haddad. Marinho já chegou a dizer que deixaria o cargo se o governo mexesse no abono salarial e no seguro-desemprego.

Nesta segunda, o ministro da Fazenda disse que Lula pediu para incluir mais um ministério, até agora ausente, nas medidas. Segundo ele, as reuniões com os ministérios do Trabalho, Previdência, Desenvolvimento Social, Saúde e Educação "já se completaram" — apesar de mais uma reunião com Marinho estar em curso.

— O presidente pediu para incluir um ministério nesse esforço, uma negociação que deve ser concluída até quarta-feira. Eu não vou adiantar, porque não sei se vai haver tempo hábil de incorporar o pedido. Mas acredito que vai haver boa vontade — afirmou.

Conforme mostrou O GLOBO, o presidente decidiu incluir o Ministério da Defesa nas discussões sobre o pacote. A pasta foi chamada para uma reunião com o Ministério da Fazenda, que deve ocorrer na quarta-feira.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 12/11/2024

EXPLOSÃO EM GASODUTO DA PDVSA FERE TRÊS E PREJUDICA ABASTECIMENTO NA VENEZUELA

O local do acidente, o Centro de Operações Muscar, no leste da Venezuela, fornece 63% do gás natural consumido no país, incluindo rede elétrica, petroquímicas e produção de minério de ferro, segundo fontes

Por Bloomberg — Caracas, Venezuela



PDVSA, na Venezuela — Foto: Federico Parra / AFP

Uma explosão em uma importante instalação de produção de gás natural operada pela estatal venezuelana Petróleos de Venezuela (PDVSA) interrompeu mais de 60% do fornecimento de combustível ao país.

A explosão em um centro de compressão, na manhã desta segunda-feira, feriu três pessoas e causou a interrupção do processamento de petróleo na área para controlar um incêndio resultante da explosão, disseram duas pessoas com conhecimento do ocorrido.

Não foram fornecidos detalhes sobre a quantidade de produção de petróleo que será afetada. A PDVSA não respondeu imediatamente a um pedido de comentário.

O local da explosão, o Centro de Operações Muscar, no leste da Venezuela, fornece 63% do gás natural consumido no país, incluindo rede elétrica, petroquímicas e produção de minério de ferro, de acordo com outra pessoa com conhecimento do assunto.

Outras instalações da PDVSA contribuem com 11% do fornecimento, enquanto empreendimentos privados, incluindo os da Repsol, da Espanha, e o Cardon IV, da italiana Enel representam mais de 26% do fornecimento.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 12/11/2024

LULA VAI INCLUIR MINISTÉRIO DA DEFESA EM DISCUSSÃO SOBRE CORTE DE GASTOS

Pasta que reúne as três Forças foi convocada para reunião com a Fazenda
Por Sérgio Roxo — Brasília



Presidente Lula e José Múcio (Defesa) no 7 de Setembro — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu incluir o Ministério da Defesa nas discussões do governo sobre o corte de gastos. A pasta, que reúne as três Forças Armadas do país — Exército, Marinha e Aeronáutica — foi chamada para uma reunião com o Ministério da Fazenda, que deve ocorrer na quarta-feira.

Em entrevista ao GLOBO em junho, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que a revisão da previdência dos militares era uma possibilidade a ser incluída no pacote para reduzir despesas. Tebet tem atuado junto com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na formulação de medidas que foram levadas a Lula.

Nesta segunda-feira, após se reunir com o presidente no Palácio do Planalto, Haddad afirmou que Lula pediu para incluir mais um ministério, até agora ausente, nas medidas que o governo discute há semanas para cortar gastos. O ministro não detalhou qual ministério foi alvo do pedido. O GLOBO apurou que a pasta que será chamada para discussões é a da Defesa.

— As reuniões com ministros de Trabalho, Previdência, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, elas já se completaram. O presidente pediu para incluir um ministério nesse esforço, uma negociação que deve ser concluída até quarta-feira. Eu não vou adiantar (qual), porque não sei se vai haver tempo hábil de incorporar o pedido. Mas acredito que vai haver boa vontade — declarou.

Na entrevista de junho, Tebet defendeu a adoção de “uma legislação previdenciária que, ainda que de forma gradual, atinja os militares”. Perguntado se levaria o tema ao presidente, respondeu:

— Eu vou colocar tudo na mesa. Eu tenho coragem para colocar tudo. Até porque o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) fez um alerta em relação à previdência dos militares. O meu otimismo é porque tem um leque de possibilidades.

Segundo levantamento do TCU, o custo para os cofres públicos com pessoal da reserva das Forças Armadas subiu de R\$ 31,85 bilhões, em 2014 para R\$ 58,8 bilhões, em 2023, um crescimento de 84,6%.

No período, o descasamento entre receitas e despesas do regime de aposentadoria saiu de R\$ 29,51 bilhões para R\$ 49,73 bilhões.

Alterações no regime de previdência dois militares enfrentam resistência na cúpula das Forças Armadas. Oficiais de comando dizem que só aceitam discutir o tema dentro da proposta de uma nova reforma geral da Previdência, que não está nos planos do governo no momento. No Congresso, deputados e senadores também não se mostram dispostos a tratar desse tipo de mudança.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 12/11/2024

SENADO DEVE VOTAR NESTA TERÇA REGRAS PARA MERCADO DE CARBONO NO BRASIL

Projeto, se aprovado, volta para a Câmara; discussão ocorre em meio à COP29
Por Thaís Barcellos — Brasília



Floresta Amazônica pode gerar créditos para o país — Foto: Eduardo Maia

O Senado pautou para esta terça-feira, mais uma vez, o projeto de lei que regulamentava o mercado de carbono no Brasil. O governo Lula tenta aprovar o projeto no Senado e na Câmara em meio a Conferência do Clima, que vai até o dia 22 de novembro no Azerbaijão. O projeto chegou a entrar na pauta da semana passada, mas o tema não foi votado porque a maior parte dos senadores não estava em Brasília.

Representantes dos países reunidos no primeiro dia da 29ª Conferência do Clima da ONU (COP29), em Baku chegaram a um acordo inédito para criação de um mercado de carbono global, ontem. O mecanismo tem como objetivo permitir que países invistam em redução de CO2 no exterior em troca de créditos/direitos de emissão. A ideia é, por exemplo, um país rico bancar projeto de redução de emissão de gases de efeito estufa numa nação em desenvolvimento e, em contrapartida, receber licença para emitir carbono em um certo limite além de sua meta.

O que diz o projeto

Em geral, o projeto cria regras para o mercado regulado e voluntário de crédito de carbono no país. Esse sistema permite a compra e venda de créditos. Empresas e países que emitem menos podem vender seus créditos para poluidores, de forma que todos reduzam suas emissões e se incentive a redução do desmatamento.

As principais divergências entre Câmara e Senado giram em torno do mercado voluntário de carbono dos estados e do repasse dos lucros com a venda de crédito de carbonos a comunidades indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

Ficou pactuado o entendimento dos deputados sobre a venda de créditos de carbono estaduais, apenas com alguns ajustes para reforçar o direito à propriedade privada. O relator do projeto na Câmara, Aliel Machado (PV-PR), determinou que os estados poderiam vender créditos de carbono gerados em terras públicas ou privadas, desde que com anuência dos proprietários da terra.

Em relação ao repasse do ganho com os créditos gerados em comunidades indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária, o acordo é usar como base o entendimento da Câmara, mas que o governo, por meio do Ministério da Fazenda e dos Povos Indígenas, poderá ajustar o percentual.

No projeto aprovado pelos deputados, há garantia do direito de ao menos 50% nos projetos de remoção de gases do efeito estufa e de 70% dos projetos de preservação.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/11/2024

MERCADO DE CARBONO: VEJA POR QUE ACORDO INÉDITO NA COP29 ABRE CAMINHO PARA COMÉRCIO DE CRÉDITOS ENTRE PAÍSES

Mecanismo, que será implementado e supervisionado pela ONU, deverá estimular investimentos de US\$ 250 bi em países em desenvolvimento. Sem a presença dos maiores países poluidores, conferência é aberta com alerta

Por Rafael Garcia — São Paulo e Baku

Representantes dos países reunidos no primeiro dia da 29ª Conferência do Clima da ONU (COP29), em Baku, no Azerbaijão, chegaram a um acordo inédito para criação de um mercado de carbono global. O mecanismo tem como objetivo permitir que países invistam em redução de CO2 no exterior em troca de créditos/direitos de emissão.



O chefe do clima da ONU, Simon Stiell, faz um discurso durante a abertura da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2024 (COP29) em Baku, no Azerbaijão — Foto: Alexander Nemenov/AFP

A ideia é, por exemplo, um país rico bancar projeto de redução de emissão de gases de efeito estufa numa nação em desenvolvimento e, em contrapartida, receber licença para emitir carbono em um certo limite além de sua meta.

O texto aprovado ontem, a primeira decisão da COP29, não cria logo de cara a estrutura para o mercado de carbono funcionar, mas reconhece a autoridade de um “corpo supervisor” de técnicos criado pela Convenção do Clima da ONU (UNFCCC) para implementar o sistema.

Esse órgão da ONU vai “elaborar padrões” e “supervisionar o mecanismo” que criará as regras para trocas de créditos de carbono.

— Essa será uma ferramenta para virar o jogo e direcionar recursos para o mundo em desenvolvimento. Após anos de impasse, os avanços em Baku agora começaram. Mas há muito mais a ser entregue — afirmou o presidente da COP29, Mukhtar Babayev, ministro azerbaijano do Meio Ambiente.



O presidente da COP29 e ministro de ambiente do Azerbaijão, Mukhtar Babayev, discursando na abertura da COP29 — Foto: Alexander Nemenov/AFP

A conferência no Azerbaijão não terá a presença dos líderes das duas nações que mais emitem CO2: Joe Biden, dos EUA, e Xi Jinping, da China. Além deles, Lula e os chefes de Estado da França, Emmanuel Macron; da Alemanha, Olaf Scholz; e do Reino Unido; Keir Starmer, não vão ao encontro.

— Estamos a caminho da ruína. E não se trata de problemas futuros. A mudança climática já está aqui. Precisamos muito mais de todos vocês. A COP29 é um momento da verdade para o Acordo de Paris — alertou o presidente da conferência na abertura do evento.

Segundo Babayev, a expectativa é que um mercado de carbono endossado pela ONU seja capaz de reduzir os custos de implementação dos planos climáticos nacionais em US\$ 250 bilhões por ano, ao permitir a cooperação entre nações.

O objetivo dos textos aprovados ontem é garantir que as regras obedecem a princípios sacramentados pelo Acordo de Paris. Os técnicos buscam assegurar que tal mercado não permita a países recuarem de seus objetivos de corte de CO2 e garantir a transparência para que projetos de cortes de emissão possam ser avaliados.

Projetos de cortes de emissão podem ser, por exemplo, programas de substituição de usinas a carvão — para países pobres carentes de investimento — em energia renovável ou sistemas de reflorestamento para que árvores em crescimento capturem CO2. Uma preocupação é impedir que minúcias das regras abram subterfúgios para “vazamentos” nas contas de carbono evitado.

A ideia é que só possam gerar créditos projetos capazes de comprovar uma “adicionalidade” nos cortes de emissões.

Em programas para redução de emissões por desmatamento e degradação de florestas, por exemplo, esses vazamentos podem ocorrer se o desmate de uma área protegida é deslocado para outra área, para criação de pastagem ou lavoura.

O texto também inclui, de maneira ainda vaga, o compromisso de assegurar que comunidades locais sejam consultadas para a implementação de projetos que as afetem. Essa demanda, um ponto de



atrito nas discussões entre países, foi objeto de críticas de ONGs ambientalistas durante os processos de discussão.

Algumas ONGs também criticaram a “pressa” e o que chamam de falta de “transparência do acordo”, aprovado logo no primeiro dia da COP29.

— Dar início à COP29 com um “acordo secreto” é um precedente ruim para transparência e governança adequada — disse Isa Mulder, da Carbon Market Watch.

Crítica ao acordo

Alguns ambientalistas dizem que o esforço dispendido na discussão de mercados de carbono é um desvio da função primordial da convenção do clima, que é garantir o cumprimento de metas do Acordo de Paris e de emissões de CO2.

— É um sinal muito ruim abrir essa COP com a adoção de um artigo que legitima os mercados de carbono como uma solução para as mudanças climáticas. Eles não são uma solução. Os mercados de carbono aumentarão as desigualdades, infringirão os direitos humanos e impedirão a ação climática de fato — diz Ilan Zugman, diretor da ONG 350.org para América Latina e Caribe. (Com agências internacionais)

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/11/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BC DIZ QUE NOVA PIORA NAS PROJEÇÕES DE INFLAÇÃO LEVARÁ A UM ‘PROLONGAMENTO’ DA ALTA DOS JUROS

Ata do Copom faz novo alerta sobre a política fiscal do governo Lula e diz que o cenário externo ficou mais incerto nos EUA, após as eleições de Trump

Por Alvaro Gribel

BRASÍLIA - O Banco Central indicou que o ciclo de alta de juros no País pode ser mais longo do que se imaginava, caso as expectativas de inflação continuem piorando semana a semana. O recado foi dado na Ata do Copom divulgada na manhã desta terça-feira, 12, que apontou diversos riscos não só internos, como mercado de trabalho aquecido e política fiscal sob risco, mas também externos, com a eleição do novo presidente americano, Donald Trump.

Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) subiu os juros em 0,5 ponto percentual, para 11,25%, no segundo aumento consecutivo, e indicou novos aumentos à frente.

Em relação ao Brasil, uma das novidades foi a inclusão da frase apontando que “uma deterioração adicional das expectativas pode levar a um prolongamento do ciclo de aperto de política monetária”. Ou seja, o BC poderia manter os juros mais altos, por mais tempo.

Na visão do economista Leonardo Costa, do ASA, a indicação é de que o ritmo de 0,5 ponto de alta será mantido na próxima reunião, mas o mercado não desconsidera a possibilidade de aceleração para 0,75 ponto. Luis Otávio Leal, do G5 Partners, tem visão semelhante, apontando que a curva de juros já precifica o aumento do ritmo para 0,75 ponto no encontro do Copom no mês que vem.

Sobre o cenário de inflação, o Banco Central aponta problemas para todos os lados. A inflação de serviços está pressionada pelo mercado de trabalho mais aquecido do que se previa. Já a inflação de bens de consumo é impactada pelo dólar mais caro, que aumenta o preço dos produtos importados. Mais uma vez o BC falou em “interrupção do processo desinflacionário”.

A política fiscal foi apontada como um desafio em diversos momentos da Ata, com a necessidade de o governo Lula conseguir estabilizar a dívida pública por meio de medidas “estruturais”:

“Durante a reunião, foi enfatizado o desafio de estabilizar a dívida pública em virtude de aspectos mais estruturais do orçamento público. Mencionou-se que a redução de crescimento dos gastos, principalmente de forma mais estrutural, pode inclusive ser indutor de crescimento econômico no médio prazo por meio de seu impacto nas condições financeiras, no prêmio de risco e na melhor alocação de recursos”, disse o Banco Central.

Sobre o cenário externo, o BC indicou que a possibilidade de mudança na política econômica dos EUA é um elemento a mais de incerteza. Sem citar o presidente eleito Donald Trump, o BC apontou como riscos “possíveis estímulos fiscais, restrições na oferta de trabalho e introdução de tarifas à importação”.

A preocupação, não só do BC brasileiro, mas de economistas em geral, é de que as políticas de Trump vão pressionar a inflação nos EUA, o que irá obrigar o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) a manter os juros mais altos por lá. A consequência será um dólar mais forte, com efeito indireto sobre a moeda de países emergentes, como o Brasil.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/11/2024

O QUE O GOVERNO PRECISA ANUNCIAR NO PACOTE DE CORTE DE GASTOS PARA ACALMAR O MERCADO? ENTENDA

Avaliação é de que seria necessário colocar de pé medidas que representem uma economia estrutural significativa; mas há dúvidas sobre a viabilidade política dos cortes

Por Luiz Guilherme Gerbelli

Nas últimas semanas, o mercado e os analistas monitoram cada passo do governo em busca de pistas sobre o pacote de corte de gastos que será anunciado para as contas públicas. A leitura é a de que a equipe econômica precisa colocar de pé medidas que sejam capazes de representar uma economia extra de mais de R\$ 30 bilhões para reduzir o risco fiscal enfrentado pela economia brasileira.



São esses cerca de R\$ 30 bilhões, somados aos R\$ 25,9 bilhões já anunciados em corte de gastos no Orçamento de 2025, que darão um fôlego para o arcabouço fiscal continuar operando até 2026, pelo menos, quando se encerra a atual administração.

Ministro Fernando Haddad e presidente Lula entram em mais uma semana de negociação Foto: Wilton Junior

“O governo precisa apresentar um pacote de medidas que traga uma economia, entre 2025 e 2026, superior a R\$ 30 bilhões”, afirma João Pedro Leme, analista da Tendências Consultoria. “O foco desse pacote parece ser garantir a existência do arcabouço fiscal até 2026.”

Criado no ano passado em substituição ao teto de gastos, o arcabouço fiscal ficou com sua sustentação comprometida com o crescimento acelerado das despesas obrigatórias, que estão comprimindo o espaço dos gastos discricionários (os que o governo pode remanejar) e caminham para comprometer a capacidade de manutenção e custeio do governo.

“O arcabouço não tem gatilhos suficientes para conter uma expansão maior dos gastos”, diz Rafaela Vitória, economista-chefe do banco Inter. “O que a gente espera é que esse pacote traga uma previsibilidade de que os gastos vão crescer dentro do limite do arcabouço.”

Medidas em estudo



Como mostrou o Estadão, por ora, são várias as medidas em análise pelo governo, como alterações no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), nas regras para o recebimento do abono salarial (um benefício que garante o pagamento de até um salário mínimo por ano a quem tem salário de até dois mínimos), do seguro-desemprego e também do Benefício de Prestação Continuada (BPC, que garante o pagamento de um salário mínimo a idosos e portadores de deficiência que não têm condições de se aposentar).

Há ainda a possibilidade de limitar o crescimento de despesas obrigatórias, como é o caso do salário mínimo, ao teto de 2,5% do arcabouço fiscal.

Num relatório publicado na semana passada, o banco Itaú estima que o pacote fiscal precisa garantir um ajuste de R\$ 35 bilhões, além, claro, do corte já anunciado para 2025.

“Para 2026, é necessário ajuste adicional de ao menos R\$ 35 bilhões, de modo que consideramos este o valor mínimo necessário para o pacote de revisão de gastos ter sucesso em obter alguma redução da percepção de risco fiscal”, escreveu o Itaú no relatório.

Nos exercícios realizados pelo banco, por exemplo, uma diminuição em 50% no abono salarial poderia trazer uma economia de R\$ 15 bilhões. O Itaú também mostrou que o governo conseguiria abrir um espaço de R\$ 17 bilhões se conseguir ampliar de 30% para 60% os recursos destinados para o Fundeb considerados para o limite mínimo de educação.

Longa negociação

Na terceira semana de negociação, as idas e vindas do governo em relação ao pacote de gastos têm mexido bastante com o humor dos investidores. Com um cenário externo mais difícil depois da eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, as incertezas com o rumo das contas públicas levaram o dólar a superar o patamar de R\$ 5,85.

Hoje, os investidores têm uma grande incerteza com o rumo das contas públicas brasileiras. O Brasil é um país com uma dívida elevada para uma economia emergente e precisa voltar a colher superávits primários. Ou seja, fazer com que as receitas superem as despesas, sem levar em conta o pagamento de juros.

Desde o início do mandato, o governo tem buscado ajustar as contas públicas via aumento da receita. Mas a leitura é que esse mecanismo se esgotou, avaliam os analistas que se debruçam sobre o rumo das contas públicas do Brasil. Agora, será preciso cortar gastos.

Em 2024 e 2025, a equipe econômica promete entregar uma meta zero de resultado primário. Em 2026, no último do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a promessa é de um resultado positivo de 0,25% do PIB.

“Pessoalmente, eu acho que, independentemente, do que o governo venha a anunciar, vai existir um certo desânimo”, diz Leme. “Quando a gente olha os analistas fiscais, fazendo análise de conjuntura, normalmente se diz que precisa cortar despesa, fazer reforma na Previdência, ajustar o BPC à nova realidade de fatores demográficos. Tudo isso é muito bom, e eu não discordo dessa análise. Só que não necessariamente isso é politicamente viável, seja por uma restrição trazida pelo governo, seja por uma restrição externa.”

Nesse processo de ajuste, a ala econômica do governo tem encontrado resistência dentro do próprio PT para levar o plano adiante, e o Congresso também, por vezes, acaba patrocinando medidas de aumento de gastos, como é o caso do aval que tem dado para o uso de fundos públicos para não esbarrar nas limitações do arcabouço fiscal.

Os economistas também chamam a atenção para o fato de que as medidas em análise não solucionam o impasse fiscal brasileiro e que reformas estruturais só devem ficar para o próximo governo, quando há mais capital político. No cenário de hoje, o País só vai conseguir estancar o seu endividamento crescente se alcançar um superávit primário de 1,5% do PIB.

“Temos a volta do superávit apenas a partir de 2028 e vemos a dívida bruta chegando a 89% do PIB em 2030 e estabilizando a partir daí”, afirma Rafaela.

“Para chegar no superávit, precisamos voltar com a regra que tivemos na vigência do teto de gastos. Uma delas é a desvinculação do crescimento das despesas vinculadas à receita nos casos de educação e saúde. E um outro ponto é o reajuste real do salário mínimo, que hoje indexa os benefícios sociais. É possível manter uma política de valorização do salário mínimo, mas para os funcionários que estão na ativa, não para pensionistas e benefícios sociais. Hoje, claramente, não cabe no nosso orçamento esse tipo de aumento real de programas sociais que temos”, acrescenta a economista.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/11/2024

GLOBALISMO É FUNDAMENTAL PARA O BRASIL, DIZ PRESIDENTE DA FIESP

Na abertura do ‘Fórum Estadão Think - Do Brasil para o Mundo’, Josué Gomes disse que as mudanças climáticas podem acabar fortalecendo a indústria nacional

Por Diego Lazzaris

O movimento de “desglobalização” e o aumento do protecionismo em todo o mundo tornou-se uma questão importante entre os empresários brasileiros. Mas o presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, disse não acreditar no fim do globalismo. “Desafios fundamentais, que afetam toda a humanidade, necessitam de soluções globais e da cooperação entre os países para que possamos nos proteger como civilização. Por exemplo, no caso de pandemias, que se tornam cada vez mais frequentes. Sem cooperação global, é impossível que um país, por mais poderoso que seja, consiga se proteger sozinho”, afirmou.

Josué falou na abertura do Fórum Estadão Think - Do Brasil para o mundo: Desafios para a nossa inserção global, realizado nesta terça-feira, 12, na Fiesp. Ele lembrou ainda que pautas atuais, como as mudanças climáticas e os eventos naturais extremos, podem fortalecer a indústria nacional. “O globalismo é fundamental para o Brasil, pois o país oferece soluções que contribuem decisivamente para problemas globais, como a questão climática e a transição energética, não apenas nosso território, mas todo o planeta. É impossível que um país, isoladamente, possa combater esses eventos”, afirmou.



Desafios fundamentais, que afetam toda a humanidade, necessitam de soluções globais, disse Josué Foto: Werther Santana/Estadão

Para Rafael Cervoni, presidente do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), um fator fundamental para ampliar o protagonismo internacional do Brasil é aumentar a participação dos produtos industriais na pauta exportadora. “Esse avanço fortaleceria nossa posição econômica, reduziria a dependência tecnológica e ampliaria o superávit na balança comercial. O potencial é grande, pois nosso parque manufatureiro é avançado e diversificado, mas carece de investimentos para a transição à quarta revolução industrial, exigindo uma atenção mais intensa de políticas públicas do que foi observado nas últimas décadas”, afirmou.

Cervoni destacou que o setor industrial, assim como os demais, enfrenta gargalos que limitam sua inserção global, especialmente relacionados ao chamado “custo Brasil”. “Entre os principais obstáculos estão a carga tributária elevada, juros altos, insegurança jurídica, encargos trabalhistas excessivos e instabilidade cambial. Esses fatores dificultam a competitividade da indústria brasileira, sobretudo em um cenário de acirrada concorrência global”, disse.

O presidente do Ciesp ainda destacou que o mercado interno brasileiro desperta o interesse de nações exportadoras, especialmente aquelas com limitações comerciais devido a conflitos. “No

entanto, o Brasil enfrenta desvantagens competitivas em relação aos países asiáticos, que frequentemente contam com subsídios e incentivos governamentais significativos. Nesse contexto, a concorrência é menos entre empresas e mais entre países”, disse.

Segundo ele, para superar esses desafios, o País precisa focar em alguns pontos importantes. “O aumento da produtividade, a incorporação de novas tecnologias e a inovação são essenciais, assim como a exploração do potencial de produtos industriais verdes e sustentáveis”, disse.

Rafael Lucchesi, Diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI e diretor-superintendente do Sesi, lembrou o momento geopolítico conturbado. “Hoje, estamos em uma nova conjuntura, marcada por uma forte reação do Ocidente ao status que a China alcançou ao longo das últimas décadas. Enfrentamos o impacto de novas guerras e de tensões comerciais e geopolíticas, com uma nova versão de guerra fria, principalmente entre Estados Unidos e China”.

Lucchesi destacou ainda os efeitos do clima. “Também vivemos uma era de extremos climáticos, como secas, queimadas e furacões, que trazem grandes riscos para as economias. No Brasil, essa questão afeta o agronegócio, as cidades e a infraestrutura, com altos riscos e custos climáticos. Cientistas alertam sobre o risco de um ponto sem volta. Estamos diante de um grande dilema: ou o mundo investe no maior programa de transformação tecnológica já visto, ou enfrentaremos sérios problemas climáticos com grande impacto para a humanidade”, disse.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 12/11/2024

PETROLEIRAS TERÃO DE PAGAR TAXA NOS EUA POR EMISSÃO DE GÁS POLUENTE EM POÇOS

Segundo agência ambiental americana, regra pode reduzir significativamente a emissão de poluentes, mas empresas contestam a cobrança
Por AP

WASHINGTON - Pela primeira vez, as empresas de petróleo e gás natural nos Estados Unidos terão de pagar uma taxa federal se emitirem gás metano acima de certos níveis, de acordo com uma regra que está sendo finalizada pelo governo de Joe Biden.



A regra da Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) segue uma diretriz do Congresso incluída na lei climática de 2022. A nova taxa tem como objetivo incentivar o setor a adotar as melhores práticas que reduzam as emissões de metano - o principal componente do gás natural.

Área de exploração de petróleo em Wyoming, nos Estados Unidos Foto: RobertCoy/Adobe Stock

O metano é um “superpoluente” climático muito mais potente no curto prazo do que o dióxido de carbono, e é responsável por cerca de um terço das emissões de gases de efeito estufa. O setor de petróleo e gás natural é a maior fonte industrial de emissões de metano nos Estados Unidos, e os defensores dizem que a redução das emissões de metano é uma forma crucial de desacelerar a mudança climática.

A regra, prevista para ser anunciada oficialmente nesta terça-feira, 12, na COP-29, no Azerbaijão, foi divulgada horas depois que o presidente eleito Donald Trump nomeou o ex-congressista de Nova York Lee Zeldin para chefiar a agência no segundo mandato de Trump. Se confirmado pelo Senado, espera-se que Zeldin reverta ou afrouxe dezenas de regulamentações ambientais aprovadas durante o governo do presidente Joe Biden, à medida que Trump busca estabelecer o “domínio energético” dos EUA em todo o mundo.



É provável que Trump tenha como alvo a taxa de metano em meio a uma enxurrada de ações esperadas que ele prometeu para desregular o setor de petróleo e gás.

Conforme descrito pela EPA, o excesso de metano produzido em 2024 poderia resultar em uma taxa de US\$ 900 por tonelada, com taxas aumentando para US\$ 1,2 mil por tonelada em 2025 e US\$ 1,5 mil por tonelada em 2026. É provável que grupos do setor contestem a regra, incluindo qualquer tentativa de impor uma taxa retroativa. A regra não se tornará definitiva até o início do próximo ano, após a publicação oficial.

O administrador da EPA, Michael Regan, disse em um comunicado que a regra funcionará em conjunto com uma nova regra sobre emissões de metano imposta este ano.

A taxa, formalmente conhecida como Taxa de Emissões de Resíduos, incentivará a implantação antecipada de tecnologias disponíveis para reduzir as emissões de metano e outros poluentes atmosféricos prejudiciais, disse Regan. A taxa “é a mais recente de uma série de ações sob a estratégia de metano do presidente Biden para melhorar a eficiência no setor de petróleo e gás, apoiar empregos americanos, proteger o ar limpo e reforçar a liderança dos EUA no cenário global”, disse ele.

Grupos do setor e Estados liderados pelos republicanos contestaram a regra anterior do metano nos tribunais, mas perderam um pedido para que a Suprema Corte bloqueasse a regra enquanto o caso continua perante juízes de nível inferior.

Os oponentes argumentam que a EPA extrapolou sua autoridade e estabeleceu padrões inatingíveis com as novas regulamentações. A EPA, no entanto, disse que as regras estão totalmente dentro de suas responsabilidades legais e protegeriam o público.

Muitas das grandes empresas de petróleo e gás já atendem ou excedem os níveis de desempenho de metano estabelecidos pelo Congresso de acordo com a lei climática, o que significa que é improvável que elas sejam forçadas a pagar a nova taxa, disseram Regan e outras autoridades.

Mesmo assim, a EPA estima que a regra resultará em reduções cumulativas de emissões de 1,2 milhão de toneladas métricas de metano (34 milhões de toneladas métricas de dióxido de carbono equivalente) até 2035. Esse número é semelhante aos ganhos em termos de ar limpo decorrentes da retirada de quase 8 milhões de carros movidos a gasolina das ruas durante um ano, segundo a EPA. Os benefícios climáticos cumulativos podem chegar a US\$ 2 bilhões, segundo a agência.

Assim como a regra anterior sobre o metano, a nova taxa enfrenta um desafio legal quase certo por parte de grupos do setor. O American Petroleum Institute (API), o maior grupo de lobby do setor de petróleo e gás, chamou uma taxa proposta no início deste ano de “aumento punitivo de impostos” que “prejudica a vantagem energética dos Estados Unidos”.

O API disse esperar trabalhar com o Congresso para revogar o “novo imposto equivocado sobre a energia americana”.

Grupos ambientalistas, por sua vez, saudaram a iminente taxa de metano, dizendo que as empresas de petróleo e gás devem ser responsabilizadas pela poluição que contribui para o aquecimento global. As empresas de petróleo e gás calculam rotineiramente que é mais barato desperdiçar metano por meio da queima e de outras técnicas do que fazer as atualizações necessárias para evitar vazamentos, disseram.

A EPA disse esperar que, com o tempo, menos empresas de petróleo e gás sejam cobradas pelo excesso de metano à medida que reduzirem as emissões em conformidade com a regra.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/11/2024



OPINIÃO - VITÓRIA DE TRUMP TRAZ PROBLEMAS MAS TAMBÉM OPORTUNIDADES PARA LULA

Protecionismo pode aumentar inflação e juros nos EUA, o que é negativo para a economia brasileira, e atuação ideológica de presidente eleito dos EUA é prejudicial à tentativa de projeção internacional do Brasil. Mas Lula pode aproveitar essas "ameaças" para reforçar ajuste fiscal e rumar para o centro.

Por Fernando Dantas

A vitória de Donald Trump fortalece Jair Bolsonaro e a extrema-direita no Brasil, mas pode ser até uma oportunidade para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva corrigir seu rumo econômico e político. A análise é de Octavio Amorim Neto, cientista político da EBAPE-FGV.

Como efeito imediato, Bolsonaro já deixou claro que ele e seu grupo vão tentar instrumentalizar a vitória de Trump para conseguir uma anistia da inelegibilidade do ex-presidente brasileiro. Bolsonaro espera que ela venha pelo Congresso, com o PL, seu partido, como o maior da Câmara, pressionando por um Projeto de Lei para perdoar as pessoas envolvidas no 8 de janeiro e para torná-lo elegível novamente.

A ideia é que o Executivo e o Legislativo (a ser dominado pelos republicanos) dos Estados Unidos pressionem o Brasil nesse sentido. Amorim Neto considera essa hipótese improvável, já que, independentemente do teor ideológico do presidente, o Departamento de Estado norte-americano costuma agir com profissionalismo. O risco de se indispor com o maior país da América Latina por uma tentativa de intromissão em assuntos externos pode ser forte demais, principalmente em vista da crescente importância da China na região.

Já no Congresso americano, parlamentares individualmente podem tentar iniciativas nesse sentido, mas isso não parece ser uma bandeira majoritária nem uma prioridade.

Internamente no Brasil, Amorim Neto nota que haverá resistência à anistia a Bolsonaro tanto por parte dos seus concorrentes, pela direita, a liderar esse campo e ser candidato protagonista em 2026; como pela esquerda e pelo centro.

Outros efeitos negativos - já extensamente comentados nos meios de comunicação - da vitória de Trump para Lula e o Brasil ocorrem na economia: um surto protecionista americano prejudicando não só o comércio brasileiro diretamente, mas também atizando a inflação norte-americana, o que leva à alta do juro internacional e maior prêmio de risco para países emergentes.

Já na área diplomática, o pesquisador aponta que Lula deve perder interlocução com a Casa Branca, mas nem tanto com o Departamento de Estado, pelas razões já mencionadas acima (a qual se acrescenta que o Itamaraty também costuma ser conduzido com profissionalismo e competência).

A vitória de Trump também pode esvaziar dois grandes encontros a serem sediados no Brasil, com os quais o País pretende projetar sua influência e imagem internacional: o G-20, no Rio em novembro; e a COP30 (30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas) em Belém, em novembro do próximo ano.

Adicionalmente, a afinidade ideológica de Javier Milei com Trump deve reforçar o protagonismo do presidente argentino na América do Sul, em detrimento da liderança sempre buscada pelo Brasil no subcontinente. E, por fim, o Brasil assume a presidência dos BRICS em 2025 e a pauta de substituir o dólar nas transações internacionais poderia provocar ruzgas com Trump.

Por outro lado, Amorim Neto vê a chance de que "o tipo de diplomacia transacional de Trump acabe encontrando pontos de afinidade com o pragmatismo de Lula".

Pelo lado das oportunidades, o cientista político considera que o ambiente externo mais hostil com a vitória de Trump pode reforçar a mão de Fernando Haddad para obter de Lula e do PT um pacote de corte de gastos mais significativo.

Da mesma forma, a força da extrema-direita revelada pela eleição americana, e que se estende ao Brasil, reforça a necessidade de Lula trilhar o caminho da frente ampla também (e talvez com maior comprometimento) em 2026. Isso, por sua vez, traz a necessidade de que o governo se aproxime mais do centro.

Amorim Neto nota que o recente veto do Brasil à entrada da Venezuela nos BRICS (que já levou a muitas agressões a Lula e seu governo por parte dos bolivarianos) já é um passo em direção do centro. Boa parte do centro liberal que apoiou Lula no segundo turno contra Bolsonaro se horroriza com a aproximação pretérita do presidente e ainda presente do PT com a ditadura venezuelana. Isso poderia até ser razão para as mesmas forças saírem da nau de Lula em 2026. Uma guinada ao centro nesse e em outros tópicos pode ajudar Lula ou o seu candidato em 2026 a se prepararem melhor para enfrentar a extrema-direita.

Fernando Dantas é colunista do Broadcast e escreve às terças, quartas e sextas-feiras (fojdantas@gmail.com)

Esta coluna foi publicada pelo Broadcast em 8/11/2024, sexta-feira.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/11/2024

INICIATIVA PRIVADA AVANÇA NOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO E CHEGA A QUASE 30% DOS MUNICÍPIOS DO PAÍS

De acordo com levantamento realizado pela Abcon Sindcon, a associação das empresas privadas do setor, 1.648 municípios já transferiram os serviços de água e esgoto

Por Luiz Guilherme Gerbelli e Renée Pereira

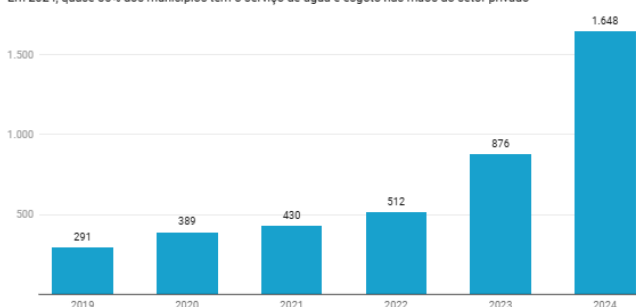
Em pouco mais de quatro anos, desde a aprovação do marco regulatório em julho de 2020, a participação da iniciativa privada no setor de saneamento básico subiu de 6% para quase 30% dos municípios brasileiros. A fatia é bastante representativa para um setor que se viu em meio a dúvidas sobre as regras de concessão no início do terceiro governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

De acordo com um levantamento realizado pela Abcon Sindcon, a associação das empresas privadas, 1.648 municípios repassaram os serviços de água e esgoto para companhias privadas, o que equivale a 29,6% das cidades do País. Desde o início do marco, já foram realizados 54 leilões em 20 Estados, e os investimentos somam R\$ 160,6 bilhões.

A autuação da iniciativa privada tem crescido ano após ano na gestão do saneamento pelo País. Em 2019, eram 291 municípios com a gestão repassada para o setor privado. Em 2023, subiram para 876. No ano que vem, estão previstos novos 23 projetos, com investimentos de R\$ 72,4 bilhões.

Avanço do marco do saneamento

Em 2024, quase 30% dos municípios têm o serviço de água e esgoto nas mãos do setor privado



Dado de 2024 Considera os leilões realizados até 1º de novembro
Fonte: ABCON SINDCON com base nos dados do SNIS, SPRIS e Radar PPP • Obter dados

O último leilão foi realizado em 30 de outubro. A Aegea venceu a concessão para atender todas as cidades do Piauí, num lote que não abarcava apenas a capital Teresina e Landri Sales. A concessão é de 35 anos, e o investimento previsto de R\$ 8,6 bilhões. O ano também foi marcado pela privatização da Sabesp e por leilões de águas e esgoto em Sergipe.

Os números da Abcon mostram, portanto, que o marco conseguiu manter o fôlego, mesmo com as

confusões provocadas pelo atual governo. Em janeiro do ano passado, uma série de decretos assinados pelo presidente Lula abriram uma gama de incertezas sobre a atuação do setor privado, que é considerado fundamental para garantir os investimentos necessários em saneamento.

Os decretos buscaram dar uma sobrevida para as companhias estaduais. Uma parte dos decretos foi derrubada na Câmara dos Deputados, como a possibilidade de as empresas públicas estaduais de saneamento prestarem serviços a microrregiões ou regiões metropolitanas (RM) em contrato sem licitação. “Apesar disso, a agenda continuou andando muito bem, com o avanço da iniciativa privada; e vai continuar nesse ritmo, pois tem muita coisa no forno para sair”, diz a diretora-executiva da Abcon, Christianne Dias Ferreira.

As discussões trouxeram à tona o fato de que o marco do setor é importante, independentemente do governo. Segundo a CEO do Instituto Trata Brasil, marco precisa ser uma política de Estado, não de governo.



Iniciativa privada tem avançado na oferta de serviços de saneamento
Foto: Nilton Fukuda/Estadão

Em busca da meta

Um dos principais pontos do marco do saneamento foi a necessidade de as empresas do setor demonstrarem capacidade econômico-financeira para cumprir as metas estabelecidas de garantir que 99% da população tenha acesso à água tratada e que 90% do esgoto seja coletado até 2033.

O Brasil precisa correr para conseguir alcançar as metas propostas pelo marco. Desde que passou a vigorar, os investimentos subiram de R\$ 80 por habitantes para R\$ 111 por habitante, mas precisam chegar a R\$ 230.

“O Brasil vai atingir a meta? Temos municípios com bons indicadores e que estão evoluindo e temos aqueles com indicadores ruins, mas que estão no caminho, porque já têm um projeto estruturado. E também temos municípios que ainda estão num processo muito inicial de estruturação, de uma modelagem ou sequer estão pensando no tema de saneamento básico”, afirma Luana.

“Nos dois primeiros grupos, temos chance de atingir as metas. Agora, aqueles que estão muito no início ou tem imbróglis para ser resolvidos podem atingir, mas é muito mais difícil”, acrescenta.

Hoje, são 32 milhões de brasileiros sem água tratada e 93 milhões sem esgoto coletado, segundo o Instituto Trata Brasil. De acordo com as metas estabelecidas no marco regulatório, 99% da população deverá ter acesso à água tratada e 90% à coleta e tratamento do esgoto até 2033. “Não acredito que será possível cumprir as metas de universalização dos serviços de saneamento básico até a data definida. O Trata Brasil estima que, mantendo o ritmo atual, a universalização só será alcançada em 2070, um atraso de 37 anos”, diz o advogado Rodrigo de Pinho Bertocelli, presidente do Centro de Estudos em Integridade e Desenvolvimento (Ceid).

Segundo ele, o marco regulatório trouxe mudanças significativas, mas para que as metas sejam atingidas, é necessário um comprometimento maior por parte dos prestadores de serviços e dos governos federal, estaduais e municipais. “Para atingir a universalização, é fundamental um maior engajamento e comprometimento de todos os envolvidos. Sem isso, os objetivos estabelecidos continuarão fora de alcance.”

Um dos grandes desafios que atravança o avanço do saneamento no Brasil é exatamente a briga política entre prefeitos e governadores. Uma das bases do marco legal é a regionalização para que os municípios pequenos e mais pobres também sejam incluídos e contemplados nos leilões dos serviços transferidos para a iniciativa privada. “As disputas entre prefeitos e governos acabam atrapalhando esse processo de universalização”, afirma Luana.

Um segundo pilar que precisa sempre ser fortalecido é o das agências reguladoras infranacionais, o que é fundamental para garantir a segurança jurídica de todo o processo. São cerca de 100 espalhadas pelo País. Pelo desenho do marco, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) edita as chamadas normas de referências, mas é papel das agências locais acompanhar o cumprimento dos contratos.

“Como uma miríade de agências infranacionais, há um problema sério de conciliação, harmonização das regras regulatórias”, afirma Gesner Oliveira, economista e sócio da consultoria GO Associados. “É muito importante haver esse papel da ANA, e ela tem feito um trabalho importante emitindo esses textos de norma de referência.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 12/11/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

ARCELORMITTAL INVESTE EM PRODUÇÃO E GESTÃO MAIS SUSTENTÁVEL

Líder no setor de aço, siderúrgica reforça seus compromissos socioambientais

Por Márcio Ferrari — Época Negócios, de São Paulo



Jefferson De Paula, da ArcelorMittal: empresa negocia com outras companhias a fabricação de H2V, o que pode motivar uma remodelagem para produzir aço verde — Foto: Cláudio Gatti/Divulgação

Por R\$ 11,2 bilhões, a ArcelorMittal concluiu, em 2023, uma etapa decisiva em sua história: a compra da Companhia Siderúrgica de Pecém, no Ceará. É o apogeu de um ciclo de investimentos de R\$ 25 bilhões iniciado em 2022, a se completar em 2026, com ampliação do potencial produtivo e extensos investimentos em sustentabilidade. Um traço importante, pois a siderurgia, como se sabe, é um dos setores com mais desafios ambientais - responde por 7% a 9% das emissões totais de gases de efeito estufa (GEE). Campeã setorial, a ArcelorMittal é a empresa do ano nesta edição do anuário 360°.

Pecém trouxe para a ArcelorMittal uma capacidade extra de produção de 3 milhões de toneladas de aço. Quando se completarem os aportes previstos, o volume pode chegar a 5 milhões. Com a ampliação, a empresa vendeu, em 2023, 14,4 milhões de toneladas na América Latina, um acréscimo de 16,5% em comparação com o ano anterior.

“É uma planta extremamente produtiva, que baixou os nossos custos com alta qualidade”, diz Jefferson De Paula, presidente da ArcelorMittal Brasil e CEO da ArcelorMittal Aços Longos e Mineração América Latina. Segundo ele, a aquisição da Pecém (agora rebatizada de Arcelor Pecém) traz três vantagens estratégicas. A primeira é o fato de ser “muito bem localizada para exportações”. A usina tem acessos, via correias transportadoras, ao porto de Pecém. Algo fundamental, pois as exportações da ArcelorMittal respondem hoje por 40% dos seus negócios.

A segunda vantagem é aumentar, com investimentos no Nordeste, o potencial de produção de laminados planos e longos no Brasil. “Acreditamos no crescimento sustentável do país e estamos muito bem preparados para manter a liderança aqui”, afirma o presidente da empresa. Em 2023, a ArcelorMittal teve receita líquida de R\$ 69,8 bilhões, um pequeno recuo de 2,6%, mesmo com a concorrência da China que, segundo De Paula, vende abaixo do custo por contar com uma sobrecapacidade de produção. Com o tamanho da receita, a ArcelorMittal é a 15ª maior empresa do país, segundo o ranking das 500 publicado pela Época Negócios.



O terceiro fator estratégico torna a compra da Pecém ainda mais interessante: a unidade vai usar “energia verde, limpa, renovável”, por se localizar em região fortemente propícia para a geração de energia eólica. “Estamos em negociações com outras empresas para fabricar também hidrogênio verde”, afirma De Paula. “Isso poderá motivar uma remodelagem para produção de aço verde, a ser consumido no Brasil e no exterior.” Hidrogênio verde não emite poluentes.

Além da aquisição da unidade de Pecém, a ArcelorMittal formalizou em 2023 uma joint venture com a Casa dos Ventos, de soluções de energia sempre “em harmonia com o meio ambiente”. Aí está um dos vetores da política de sustentabilidade da ArcelorMittal no Brasil. A transação recebeu aporte de R\$ 3,2 bilhões do BNDES para a construção de um dos maiores parques eólicos do país, iniciada imediatamente.

Resultado dessa parceria, o projeto Babilônia Centro está localizado nos municípios de Morro do Chapéu e Várzea Nova, na Bahia. Será inaugurado em outubro de 2025, com capacidade de 553,5 MW e investimento total de R\$ 4,2 bilhões. É o maior contrato corporativo de energia renovável do Brasil. Vai abastecer com energia limpa aproximadamente 40% do consumo elétrico da empresa no Brasil, responsável pela sexta maior conta de luz do país.

“A ArcelorMittal terá, assim, 70% de geração própria. Acreditamos no crescimento sustentável do país e estamos muito bem preparados para manter a liderança aqui”

Uma nova joint venture com a Casa dos Ventos foi anunciada pela ArcelorMittal em agosto de 2024, dessa vez para a implantação de um projeto de energia solar. Será na mesma área do Babilônia Centro e receberá investimento de aproximadamente R\$ 690 milhões. Terá 200 MW de potência instalada. Na mesma ocasião, De Paula anunciou contrato com a multinacional Atlas Renewable Energy, líder em energia renovável na América Latina, para a construção do parque Luiz Carlos de energia solar em Paracatu, Minas Gerais.

O aporte será de R\$ 895 milhões, e a produção prevista chegará a 69 MW médios/ano, com potência instalada de 269 MW. Segundo o executivo, além de garantir o suprimento das usinas com fonte própria de energia renovável, os investimentos visam à diversificação da matriz energética, à redução dos custos operacionais e ao aumento da competitividade.

Com os três projetos, divididos em 80% de geração eólica e 20% de energia solar, a ArcelorMittal pretende fazer um corte de 200 mil toneladas de CO2 em suas operações. Fazem parte do esforço de descarbonização da ArcelorMittal, pioneira ao lançar a meta de ser carbono neutra até 2050, com um passo intermediário, de reduzir as emissões gases de efeito estufa em 25% até 2030.

Já foi investido cerca de R\$ 1,8 bilhão no desenvolvimento de tecnologias para redução das emissões por meio dos centros de pesquisa e desenvolvimento do grupo. Até 2030, trabalhará com melhoria dos processos existentes e, depois disso, empregará tecnologias inovadoras. No campo da sustentabilidade, De Paula cita ainda a maior planta de dessalinização de água do mar para fins industriais do Brasil na unidade de Tubarão (ES), com investimento de R\$ 50 milhões e capacidade para dessalinizar 500 m3 /hora de água.

A ArcelorMittal mantém 15 centros de pesquisa no mundo todo, um deles no Brasil. Inaugurado em 2015, com sede em Tubarão, a unidade de P&D brasileira atende às demandas de inovação em aços planos e longos, com criação e aperfeiçoamento de produtos e processos e avanços na área de atendimento aos clientes. “Não há sustentabilidade sem inovação”, afirma o presidente da companhia.

Inovação e vanguardismo são marcas da empresa desde suas origens, há 104 anos, quando foi criada a usina de Sabará (MG), fruto da associação entre o grupo produtor de aço europeu Arbed e a Companhia Siderúrgica Mineira, resultando na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Nesse período, a usina possuía o maior alto-forno a carvão vegetal do Brasil, com capacidade para produzir 25 toneladas de gusa por dia. Na origem dessa associação está a procura, por um grupo de



engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto interessado na produção de minério de ferro no Brasil, de apoio da Bélgica e de Luxemburgo. Hoje, a sede da ArcelorMittal fora do país fica em Luxemburgo. Em 1925, a Belgo-Mineira tornou-se a primeira produtora de aço a contar com uma usina integrada na América do Sul, também na unidade de Sabará. Em 2002, a fusão entre a luxemburguesa Arbed, a francesa Usinor e a espanhola Aceralia deu origem ao grupo Arcelor. Três anos depois, após uma reestruturação societária, a Arcelor Brasil foi criada e passou a controlar a Belgo Siderurgia, a então Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a unidade Vega do Sul, em São Francisco do Sul (SC). No ano seguinte foi anunciada a megafusão entre o grupo Arcelor e a indiana Mittal Steel. Daí nasceu a atual ArcelorMittal.

De Paula destaca um momento recente da história da companhia como um dos passos “de maior orgulho”: a aquisição, em 2018, da Votorantim (atual ArcelorMittal Sul-fluminense). A ArcelorMittal incorporou operações de vergalhão, fio-máquina, produtos transformados para a construção civil, perfis leves e médios. Esses itens vieram a se somar aos aços planos e longos da empresa, tubos, arames e barras trefiladas, além de turbinas laminadas a quente fabricadas em Tubarão, a maior fábrica do grupo ArcelorMittal no mundo. “Antes da compra, éramos a segunda maior empresa do ramo de aço do Brasil. A líder era a Gerdau, e o terceiro lugar ficava com a Votorantim”, afirma De Paula. “Com a incorporação, assumimos a liderança”, afirma.

“Diversidade enriquece o ambiente corporativo e traz bons resultados por estimular visões diferentes”

Hoje, a ArcelorMittal tem unidades industriais em 15 países, clientes em 140, e 127 mil empregados. No Brasil, conta com fábricas em oito Estados e duas minas de ferro em Minas Gerais. Atende, principalmente as indústrias automobilística, de eletrodomésticos, construção civil, óleo e gás e máquinas e equipamentos.

“Nosso modelo de gestão é muito forte. Estamos focados em desenvolver talentos para continuar sempre com os melhores resultados”, diz De Paula. As metas da empresa são definidas anualmente em reuniões com todos os vice-diretores, e há encontros trimestrais para ajustes. A mobilidade e os bônus dentro da companhia são definidos também em sistema de cascata invertida, por meio de planos de sucessão que começam nos cargos de gerência e afunilam para a alta direção. “Das discussões estratégicas saem também todos os projetos e suas métricas”, diz De Paula.

Instituído em 2007, o Programa de Integridade agrupa vários princípios para serem seguidos, como transparência e compliance. Eles inspiraram um código de conduta e princípios expressos em políticas anticorrupção, de direitos humanos, com acesso aos meios de denúncia. A ArcelorMittal usa ainda aplicativos para trabalhar a integração dos funcionários, e eventos como a Conecta Week - duas semanas de ações de engajamento.

Há três anos, os programas I AM Líder e I AM Estágios atendem as duas pontas da carreira dos funcionários, com o objetivo de estimular habilidades e capacidade de comando. Em 2022, as atividades se centraram em negócios estratégicos e ESG, e em 2023, em relações interpessoais, ética, inclusão e diversidades.

No mesmo ano, foram investidos cerca de R\$ 50 milhões nas iniciativas de promoção social da empresa, sobretudo no entorno das usinas, com ações nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde, meio ambiente e infraestrutura urbana. De Paula destaca também o plano da companhia voltado à inclusão. “Além de ser movida por princípios de justiça, a diversidade enriquece o ambiente corporativo e traz bons resultados por estimular visões diferentes do negócio e do mundo”, acrescentou o executivo.

A empresa conseguiu bater a própria meta de ter 20% dos cargos de liderança preenchidos por mulheres ao chegar a 21% no início de 2024. O Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão, lançado em 2019, se organiza em quatro dimensões: equidade de gênero, diversidade racial, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQI+.

“O que mais me dá orgulho ao ocupar a posição de presidente é ter criado uma cultura de desempenho cujo primeiro pilar são os nossos empregados e sua formação profissional”, diz De Paula. “As aquisições e joint ventures são prova de que temos capacidade de fazer grandes investimentos com segurança e geração constante de valor.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/11/2024

OPERAÇÕES EM INFRAESTRUTURA AQUECEM M&A

Negócios nos diversos setores acumulam US\$ 17 bilhões no ano até outubro, alta de 150% na comparação anual

Por Fernanda Guimarães e Taís Hirata — De São Paulo



Roberto Barbuti, da Iguá: após venda de ativos e aumento de capital, grupo não necessita de recursos no curto prazo — Foto: Gabriel Reis/Valor

Em um ano em que o mercado de fusões e aquisições (M&As, na sigla em inglês) está voltando a ganhar ritmo no país, o setor de infraestrutura se destaca com mais de R\$ 90 bilhões em operações concretizadas apenas neste ano. Nessas transações, a presença do investidor estrangeiro tem sido marcante, ao contrário de outros setores em que ele tem se mantido mais distante devido às incertezas envolvendo a saúde fiscal do país.

Estudo feito pelo UBS BB, a pedido do Valor, mostra que as transações de M&A envolvendo os diversos segmentos em infraestrutura somaram no acumulado do ano até o fim de outubro, US\$ 17 bilhões, aumento de 150% ante o observado em todo o ano passado. O levantamento mostra que o impulso em 2024 foi dado por grandes transações, sendo algumas já antigas no pipeline dos bancos, que agora saíram do papel. Na média o valor das operações foi de US\$ 700 milhões. Os números consideram a compra de 15% da Sabesp pela Equatorial e ainda o leilão de privatização da Emae.

Segundo banqueiros de investimento consultados pelo Valor, saneamento deve ser um dos segmentos em infra que atrairá mais operações, assim como portos e rodovias. No setor portuário, duas transações de grande porte foram recentemente anunciadas nas últimas semanas, o controle da Santos Brasil e Wilson Sons, em ambas os compradores eram de fora: a francesa CMA CGM e a gigante suíça MSC, respectivamente.

Na mesma área, dentre as operações ainda esperadas para sair do papel estão a venda do Porto Sudeste, para saída do Mubadala, venda de ativos pela Prumo, como seu terminal de óleo. A CLI (Corredor Logística e Infraestrutura), da australiana Macquarie e da gestora IG4 Capital, também está com processo de busca por compradores. A empresa opera terminais no Porto de Itaqui (MA) e em Santos (SP).

Outra empresa que busca atrair sócios é o porto da Imetame, em Aracruz (ES). O megaempreendimento está em construção e deverá incluir diversas operações, como contêineres, grãos e granéis líquidos. A empresa está em negociação com um grande operador para contêineres, segundo fontes.

Questionado a respeito, o diretor de operações da Imetame Logística, Anderson Carvalho, afirmou que há conversas com diferentes operadores para o terminal de contêineres, que deve ficar pronto no fim de 2025 e deverá demandar R\$ 2,5 bilhões. Ele diz que a ideia é também atrair sócios aos demais terminais do complexo portuário, menos avançados na construção. “Há conversas com um parceiro para uma operação de granéis líquidos ‘ship to ship’ [entre duas embarcações]. E em granéis sólidos temos um memorando de entendimentos assinado.”



Já em rodovias está no mercado a venda da Monte Rodovias, que contratou o Bradesco BBI para buscar um comprador para 100% do negócio. Fontes afirmam que o Opportunity já chegou a analisar a compra. Outro potencial comprador é a peruana Aenza, controlada pela gestora IG4 Capital.

Nesse setor, a presença dos investidores financeiros deve ser mais ativa, segundo fontes. É esperada a presença de gestoras nacionais acostumadas com o setor, como Kinea, Pátria e Vinci. Porém, fontes observam que como hoje a oferta de leilões é enorme, há dificuldade para o mercado secundário concorrer com novos projetos.

Ainda em rodovias, uma janela para a venda de ativos poderá se abrir a partir das repactuações de concessões do governo federal. Nesses processos, deverá ser feita uma concorrência dos contratos repactuados, o que tem sido visto como uma “venda mediada”. Na lista deverão entrar a Eco101, da Ecorodovias, a MSVias, da CCR e a Arteris Fluminense. Além disso, a renegociação de ativos pode destravar operações. A própria Arteris, que já foi colocada à venda pela Brookfield sem sucesso, tenta renegociar diversos contratos, o que tem sido visto como uma forma de “arrumar a casa” e conseguir um valor melhor pelo ativo no futuro.

Já em saneamento, segundo players do mercado, a operação que marcou a privatização da Sabesp, feita por meio de uma oferta subsequente de ações (“follow-on”), comprovou a demanda dos investidores pelo setor, inclusive os estrangeiros. Com isso, outras operações irão para a mesa.

Uma fonte disse que a BRK, por exemplo, busca vender ativos para se capitalizar e segue ativa nos leilões, estratégia que ainda pode ser seguida pela Aegea e Iguá. “Existe a dinâmica de diversos leilões e que vão demandar investimentos”, explicou uma fonte. Atores do setor afirmam que, para a operadora da Brookfield, a grande dificuldade é a sociedade com o FI-FGTS, que dificulta tanto uma venda da própria BRK quanto de concessões de menor porte da empresa — o entrave neste caso é o preço exigido.

Uma fonte próxima ao setor disse que os investidores estratégicos, incluindo estrangeiros, estão mais aptos a chegarem mais perto dos valuations dos ativos pedidos pelos vendedores. Não à toa, nos ativos portuários, dada a dinâmica global, dois estrangeiros levaram os ativos, sendo que em Wilson Sons o fundo I Squared, que também negociava o porto, foi atropelado por oferta concorrente.

Já em saneamento, a expectativa é que parte dos M&As sejam feitos por meio das operadoras privadas já presentes no país — via aquisição, entrada no capital como sócia ou formação de novas plataformas para disputar leilões. As companhias do setor também estão entre as principais candidatas para a abertura de capital, exatamente porque precisam de recursos para manter o ritmo de investimentos. Porém, a janela de captação no Brasil está fechada para debutes há mais de três anos, o que acaba impelindo as empresas para novas estratégias para busca de capital.

No setor, hoje a GS Inima, de capital coreano, está à venda em âmbito global — a subsidiária brasileira é impactada, mas não é protagonista na operação, avaliam fontes. De todo modo, o processo pode abrir caminho para a entrada de um investidor no país. Já Aegea, Iguá e BRK devem seguir pelo caminho de abertura de capital ou atração de sócios ou parceiros em projetos específicos, dizem fontes.

Hoje a Iguá não vê necessidade de trazer capital adicional no curto prazo, segundo o presidente, Roberto Barbuti. A empresa conquistou em setembro uma grande concessão em Sergipe, com oferta de R\$ 4,5 bilhões, mas o financiamento já está equacionado. Sua principal sócia, o CPP (Canada Pension Plan) se comprometeu com um aumento de capital de até R\$ 2,2 bilhões, que deve ser concluído em novembro, e o empréstimo-ponte já foi negociado. Adicionalmente, a companhia concluiu há pouco a venda de oito ativos menores.

“Hoje estamos em um momento de avançar na incorporação dos ativos novos e sedimentar as mudanças internas [após a saída da IG4 da empresa]”, afirmou Barbuti. Para projetos futuros, porém,

ele afirma que será feita uma análise das opções para atrair capital e diz que há fundos de investimentos interessados no setor.

João Auler, diretor do UBS BB, afirma que o setor de infraestrutura tem feito neste ano transações relevantes e que deverá seguir aquecido para novas operações. Neste ano, segundo ele, a novidade foi o setor portuário, que há tempos não registrava transações importantes.

Segundo o executivo do UBS BB, o setor de rodovias também deverá ter mais transações, até por conta de uma movimentação dos governos estaduais e federal para endereçar a questão dos passivos regulatórios das empresas do setor. Com isso, mais transações devem sair do papel, diz.

Para Marcos Ganut, sócio-diretor da A&M (Alvarez & Marsal), o forte interesse pelo setor de infraestrutura é explicado pelo perfil relativamente seguro dos projetos. “Quando se busca uma portfólio que procura fugir de riscos, a infraestrutura traz projetos de mais longo prazo que garantem resiliência”, afirma. Ele destaca principalmente os segmentos de energia e de logística ligada ao agronegócio. Além disso, Ganut diz que as empresas do setor demandam uma escala relevante, o que favorece movimentos de consolidação.

Segundo Bruno Aurélio, sócio do escritório Demarest, parte da movimentação no mercado secundário hoje se explica pela grande quantidade de projetos, diante de um cenário de juros elevados. “Muitas empresas precisam de nova capacidade de investimentos, há operações que buscam trazer um sócio que vai colocar recursos.” Procurados, Mubadala e Trafigura, do Porto Sudeste, não comentam. A CLI e a Brookfield também não quiseram se manifestar. A Monte e a GS Inima não responderam à reportagem. A Aegea disse, em nota, que tem “parceiros em diversas frentes de negócios que, juntos, analisam cada projeto” e que sua estrutura de capital “lhe permite continuar avaliando novos projetos”. A empresa diz que eventual IPO “é uma possibilidade sempre avaliada”, mas que não há projeto em curso neste momento.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/11/2024

VALE MIGRA PLANTAS PARA O MERCADO LIVRE DE GÁS NATURAL

Mineradora firma contratos com Origem Energia e Eneva para atender a oito unidades, seis delas no Espírito Santo

Por Fábio Couto — Do Rio



Mariana Rosas, diretora da Vale: em 2024, empresa migrou 20% do consumo, chegando agora aos 90% pretendidos — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A Vale assinou com a Origem Energia e a Eneva dois contratos de compra de gás natural no mercado livre, o que amplia a atuação da mineradora neste segmento. Ambos os contratos entram em vigência em janeiro de 2025 e vão atender às unidades de produção de pelotas e de briquetes de minério de ferro em Tubarão (ES).

O mercado livre de gás natural foi estruturado com a Nova Lei do Gás (14.134/2021) e é semelhante ao do setor elétrico: um grande consumidor pode escolher o fornecedor, as condições contratuais e o prazo de suprimento do insumo. A relação com a distribuidora de gás, à semelhança do que ocorre na eletricidade, se dá apenas no pagamento do uso da rede de dutos. A diferença entre os mercados está na regulação: o mercado livre de energia elétrica é regulado pela União, ao passo que o de gás natural é atribuição dos Estados.

Com os novos contratos, a Vale chega a 900 mil metros cúbicos por dia (m³ /dia) de gás natural atendidos pelo mercado livre. O volume corresponde a 90% do total consumido pela empresa nas operações próprias.

“Nos sentimos prontos para a estratégia de ter 90% do consumo no mercado livre”



— **Mariana Rosas**

A mineradora consome cerca de 1 milhão de metros cúbicos por dia (m³ /dia) de gás natural, o que corresponde a 3,33% do consumo não térmico do país, que é de 30 milhões de m³ /dia. Este segmento exclui térmicas, refinarias e fábricas de fertilizantes do consumo total de gás natural.

Pelo acordo, a Origem vai fornecer à Vale 300 mil m³ /dia, com início em janeiro do ano que vem. Já a Eneva vai suprir 150 mil m³ /dia a partir do primeiro semestre, evoluindo para 250 mil m³ /dia no segundo semestre.

Parte dos outros 350 mil m³ /dia, para chegar aos 900 mil m³ /dia, será fornecida pela Eneva. O gás vai atender à fábrica de pelotas em São Luís, que será convertida para deixar de usar óleo combustível, cujo contrato foi firmado com a produtora de gás em 2022. Localizada em uma região sem infraestrutura de transporte, a unidade será atendida via caminhões. Outro contrato, para migração de uma unidade em Minas Gerais, está em negociação

A Vale se movimentou para migrar ao mercado livre em 2022, com o primeiro passo em 2023, quando começou a testar e aprender as particularidades desse ambiente de contratação. As empresas não infomaram sobre preços ou economia estimada com o consumo de gás nos contratos. Especialistas estimam que, considerando os preços atuais do gás natural no mercado livre, a Vale teria uma economia da ordem de 12%.

Mariana Rosas, diretora de suprimentos estratégicos da Vale, disse que as transações são oportunidade para reduzir custos do insumo diante de uma adesão cada vez maior de consumidores e fornecedores ao mercado livre. Em 2024, a empresa migrou o correspondente a 20% do total consumido, chegando agora aos 90% pretendidos, afirmou Rosas.

“Em 2022, ainda tínhamos muitas dúvidas em relação ao funcionamento do mercado: como funcionariam todas as etapas, como a gente se relacionaria com todos os agentes da cadeia. Agora, nos sentimos prontos para a estratégia de ter 90% de todo o consumo de gás natural da Vale no Brasil no mercado livre”, disse a executiva. Segundo ela, os 10% restantes não migrarão para o mercado livre por estratégia da companhia.

Grandes consumidores de gás natural têm aderido ao mercado livre em busca de preços mais competitivos e maior flexibilidade de suprimento. Flávia Barros, diretora de comercialização da Origem Energia, destacou que no Nordeste a diversidade de fornecedores de gás, especialmente oriunda de campos terrestres, permitiu preços da molécula entre 20% e 30% mais baixos que no Sudeste, região que apresenta certa “gordura” nos preços.

“A migração tinha um ‘appeal’ [apelo] maior por causa do distanciamento dos preços”, disse Barros. A executiva salientou que a Origem pode firmar futuros contratos com outros clientes industriais, inclusive com a própria Vale, que incluam a oferta dos serviços de estocagem de gás em reservatórios esgotados, em Alagoas. A estocagem, explicou, permitiria que indústrias armazenassem gás não utilizado caso seja necessário reduzir o consumo, como em paradas para manutenção.

Marcelo Lopes, diretor de marketing, comercialização e novos negócios da Eneva, observou que o contrato com a Vale é o primeiro de maior porte desde que a Eneva montou uma mesa de gás natural no início deste ano e veio na esteira do firmado em 2022, para suprimento por caminhões para a unidade de São Luís.

O fornecimento à Vale virá do ‘hub’ da empresa em Sergipe, onde opera um terminal de gás liquefeito (GNL) e a térmica Porto do Sergipe. Segundo Lopes, a Eneva possui entre 7 milhões e 8 milhões de m³ /dia que ainda podem ser ofertados no mercado livre. “Temos várias conversas, desde grandes consumidores industriais até termelétricas, além dos nossos próprios projetos, nos leilões de capacidade, para alocar essa capacidade remanescente”, disse o executivo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/11/2024

FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR DE INFRAESTRUTURA TÊM ALTA DE 150%

Em 2024, até outubro, essas operações movimentaram cerca de US\$ 17 bi (R\$ 98 bi), com a participação de investidores estrangeiros

Por Fernanda Guimarães e Taís Hirata — De São Paulo

O aquecimento no setor de infraestrutura no Brasil tem levado a um número expressivo de fusões e aquisições de empresas da área. Em 2024, segundo o UBS BB, as transações somaram US\$ 17 bilhões (R\$ 98 bilhões pelo câmbio atual) até outubro, alta de 150% em relação a todo o ano passado. Nessas operações, a presença do investidor estrangeiro tem sido marcante, diferentemente de outros segmentos, em que há mais cautela por causa do quadro fiscal.

Na média, o valor das operações foi de US\$ 700 milhões. Os números consideram a compra de 15% da Sabesp pela Equatorial e o leilão de privatização da Emae. João Auler, do UBS BB, projeta que o setor deve continuar aquecido. Para banqueiros de investimento, saneamento deve ser um dos segmentos que atrairão mais operações, além de portos e rodovias.

No setor portuário, duas transações de grande porte foram anunciadas recentemente, com a transferência do controle de Santos Brasil e Wilson Sons - em ambos os casos, os compradores eram de fora: a francesa CMA CGM e a suíça MSC. Na mesma área, entre as operações esperadas estão a venda do Porto Sudeste, para dar saída ao fundo Mubadala, e a venda de ativos pela Prumo, como seu terminal de óleo no Porto do Açu, no Rio de Janeiro. A CLI (Corredor Logística e Infraestrutura), da australiana Macquarie e da gestora IG4 Capital, está em processo de busca por compradores. A empresa opera terminais no Porto de Itaquí (MA) e em Santos (SP).

No setor rodoviário, está no mercado a venda da Monte Rodovias, que contratou o Bradesco BBI para buscar comprador para 100% do negócio. Nesse segmento, a presença de investidores financeiros deve ser mais ativa, segundo fontes. Em saneamento, a privatização da Sabesp, por oferta subsequente de ações, comprovou a demanda dos investidores, inclusive os estrangeiros.

“Muitas empresas precisam de nova capacidade de investimentos. Há operações que buscam trazer um sócio que vai colocar recursos”, diz o advogado Bruno Aurélio, do escritório Demarest.

Procurados, Mubadala e Trafigura, do Porto Sudeste, CLI e Monte Rodovias não comentaram.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/11/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PORTO DE SANTOS INAUGURA SISTEMA DE ENERGIA LIMPA PARA REBOCADORES

Da Redação Portos e logística 12/11/2024 - 17:01



O Porto de Santos vai inaugurar, na próxima quinta-feira (14), um sistema Onshore Power Supply (OPS) no cais da curva do armazém 23. Com a nova infraestrutura, até três rebocadores poderão ser abastecidos simultaneamente com energia limpa diretamente do cais, desligando os geradores a diesel enquanto estiverem atracados. A eletricidade fornecida aos rebocadores é 100% renovável e oriunda da hidrelétrica de Itatinga, contribuindo para a redução de 8,4 toneladas diárias de dióxido de carbono, além de 165 kg de óxidos de nitrogênio, 21 kg de dióxido de enxofre e 6 kg de material particulado.

Essa iniciativa, uma parceria entre a Autoridade Portuária de Santos (APS), o Sindiporto e as cinco empresas que operam rebocadores no porto, busca minimizar o impacto ambiental das operações portuárias e representa uma transformação sustentável para a região. Além deste ponto de eletrificação no armazém 23, o Porto de Santos já conta com outra infraestrutura de OPS no Cais da Marinha, dedicada ao atendimento das embarcações da Marinha do Brasil.

O presidente da APS, Anderson Pomini, destacou a importância do projeto ao afirmar que o projeto coloca o Porto de Santos na vanguarda global das iniciativas sustentáveis em portos, alinhando-o com as metas internacionais de descarbonização e contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental e da relação porto-cidade. A APS também tem planos para ampliar essa infraestrutura com a instalação de mais cinco painéis de eletrificação até o final de 2025.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/11/2024

COMISSÃO DA INDÚSTRIA NAVAL DA ALERJ PRORROGA TRABALHOS POR 90 DIAS

Da Redação Indústria naval 12/11/2024 - 16:50



A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) prorrogou, por mais 90 dias, a Comissão Especial da Indústria Naval, de Offshore e do setor de Petróleo e Gás, com aprovação unânime em plenário na última terça-feira (5). Criada em 2021, a comissão acompanha a situação desses setores e busca soluções para o seu fortalecimento no estado.

A presidente da comissão, deputada Célia Jordão (PL), afirmou que a prorrogação é necessária devido à complexidade dos temas e ao tempo exigido para coleta de dados essenciais para

o trabalho do colegiado. Em 2023, a comissão entregou ao vice-presidente Geraldo Alckmin o Plano de Retomada da Indústria Naval e o Projeto de Reciclagem Naval, voltados para a recuperação do setor no Rio de Janeiro.

Entre outros avanços, a deputada protocolou o PL 3154/2024, para instituir a Política Estadual de Incentivo à Navegação de Cabotagem; o PL 3162/2024, sobre o Programa de Apoio ao Pescador Artesanal; e a Lei 9466/2021, que criou a Política Estadual de Economia do Mar.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/11/2024

LIBERAÇÃO DE RECURSOS DAS CONTAS VINCULADAS CAIU 18% EM 9 MESES

Por Danilo Oliveira Indústria naval 11/11/2024 - 23:12



Repasses totalizaram R\$ 352 milhões no acumulado até setembro, ante R\$ 431 milhões no mesmo período de 2023, segundo levantamento do MPor

Os repasses de recursos das contas vinculadas totalizaram R\$ 352 milhões no acumulado até setembro, uma queda de 18% em relação ao mesmo período de 2023, quando os desembolsos somaram R\$ 431 milhões, fechando o ano em R\$ 546 milhões. A maior parte dos valores liberados se concentra no Amazonas (R\$ 134,5 milhões), estado que também tem o

maior número de operações: 77 das 176 registradas no acumulado de 2024.

Outros R\$ 74,8 milhões correspondem à categoria 'não especificada', cuja complexidade das operações pode beneficiar dois ou mais estados, conforme os critérios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na sequência, aparecem o Rio de Janeiro, com R\$

57,3 milhões em valores liberados, e Santa Catarina com duas operações que somam R\$ 36,6 milhões, Pernambuco (R\$ 28,9 milhões), Amapá (R\$ 8,7 milhões) e Pará (R\$ 5,6 milhões).

Dos R\$ 352 milhões de liberações das contas vinculadas, R\$ 88 milhões correspondem a 19 projetos de construção naval, R\$ 137 milhões à categoria serviços (142 projetos) e os demais R\$ 126 milhões da rubrica 'prestação' (15 projetos). A navegação interior, com 126 projetos, concentra R\$ 158 milhões. Outros R\$ 194 milhões são de valores liberados para 50 projetos de cabotagem. O sistema não registrou nenhum projeto de longo curso.

Em relação ao status, R\$ 111 milhões foram concluídos, distribuídos em um total de 127 projetos, R\$ 189 milhões foram considerados com andamento 'intermediário' (75) e R\$ 51 milhões (29) estão em estágio inicial. As operações com recursos das contas vinculadas beneficiaram principalmente armadores dos estados do Amazonas (101 operações, R\$ 141,8 milhões liberados), São Paulo (36 operações, R\$ 80,6 milhões liberados), Rio de Janeiro (11 operações, R\$ 75,8 milhões), Pará (25 operações, R\$ 15,4 milhões liberados) e Santa Catarina (1 operação, R\$ 35,9 milhões).

A conta vinculada é um mecanismo de fomento aos armadores nacionais para que eles possam renovar, equipar ou reparar suas embarcações em empresas especializadas e estaleiros nacionais. Ela teve origem na implantação da política de fomento à marinha mercante nacional e à indústria naval no país e foi mantida na Lei 10.893/2004, que destina parte do AFRMM gerado nas operações de frete às empresas de navegação. Esses recursos podem ser utilizados na aquisição ou reformas de embarcações e são depositados nas contas vinculadas de AFRMM das EBNs. As contas são abertas no Banco do Brasil em nome das empresas de navegação cujo objetivo é receber parcelas do produto da arrecadação do AFRMM que lhes cabe, movimentadas pelo BNDES.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/11/2024

FEEDER E MERCOSUL AJUDARAM LOG-IN A COMPENSAR RETRAÇÃO DA CABOTAGEM NO 3º TRI

Por Danilo Oliveira Navegação 11/11/2024 - 22:44



No acumulado do ano, empresa registrou desempenho acima da média do setor. Alta ocupação em Tecons e seca no Amazonas impactaram custos portuários de julho a setembro

O crescimento dos serviços feeder e a recuperação do trade Mercosul ajudaram a compensar a baixa de 4% registrada pela Log-In no segmento de cabotagem no balanço do 3º trimestre. O vice-presidente de navegação, Marcus Voloch, disse, na última sexta-feira (8), que o segmento sofreu uma pressão sobre os custos operacionais no período devido à alta taxa de ocupação em terminais de contêineres do país. Esse gargalo gera aumento de custos com a movimentação portuária, transbordo, armazenagem e transporte terrestre. Além dos serviços portuários, encareceram o bunker e custos com tripulação.

Ele explicou que o consumo de bunker é impactado porque o armador precisa acelerar mais os navios para mitigar os atrasos causados pelos problemas de janela nos portos. "No 3º trimestre, vimos uma pequena retração nos volumes de cabotagem, principalmente como consequência dos problemas operacionais nos principais portos onde operamos, que geram atraso e vários cancelamentos de escala", ponderou Voloch, em teleconferência sobre os resultados do trimestre.

Voloch acrescentou que, em setembro, houve o início do período de seca no Rio Amazonas, que naturalmente restringe o volume movimentado de/para Manaus. Por outro lado, o espaço ocioso foi ocupado pelo volume feeder. Ele relatou que, com a diminuição do market share de cabotagem, a empresa conseguiu manter um nível de utilização dos navios em patamares elevados, ainda que a receita desse serviço seja menor do que a cabotagem.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 1276/2024
Página 50 de 50
Data: 12/11/2024
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Voloch citou a operacionalização do píer flutuante em Itacoatiara (AM), que exige movimentações adicionais com a carga, o que onera os custos de serviço prestados. Entre julho e agosto, a Log-In trabalhou junto aos clientes no processo de antecipação dos embarques para minimizar impactos para as linhas de produção. “A operação do píer flutuante da balsa foi extremamente eficiente porque evitou interrupção completa do trânsito de cargas para Manaus, ao passo que em 2023 ficou seis semanas sem nenhum navio cruzar e sem nenhuma carga chegar”, recordou Voloch.

Em setembro deste ano, os navios ainda podiam cruzar para Manaus (AM), apesar de menos carga, graças às operações de alívio. Na terceira semana daquele mês, a navegação foi completamente interrompida e cargas dos navios foram descarregadas para balsa, e vice-versa. “Apesar de lenta, a operação se mostrou extremamente eficiente ao manter o fluxo de cargas durante a seca, ainda que em volumes reduzidos”, celebrou Voloch.

No 3º trimestre, houve aumento de 88,7% dos volumes feeder em relação ao mesmo período do ano passado. Já no trade Mercosul, a Log-In apurou 17,7% a mais de volume transportado no 3º trimestre, frente ao mesmo período de 2023. Voloch lembrou que o resultado já vinha de alta no 2º trimestre de 2024, confirmando tendência de recuperação do mercado e o empenho na estratégia comercial de transformar carga do rodoviário para o transporte multimodal. No acumulado até setembro, a cabotagem cresceu cerca de 14% frente aos nove primeiros meses de 2023, resultado superior aos 7% de crescimento do setor.

Na teleconferência, os diretores da Log-In frisaram que, apesar desses desafios operacionais e elevação de custo apresentados no trimestre, os resultados demonstram robustez e adaptação a esse contexto. “Existe crescimento sólido nas linhas de receitas, com recordes em várias frentes e temos em andamento algumas medidas para controlar custos e despesas no médio e longo prazos”, resumiu o vice-presidente financeiro e de relações com investidores, Pascoal Gomes.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/11/2024



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 12/11/2024